



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 163/164

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democrata

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

S U M Á R I O S**DIÁRIO Nº 163****13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	03
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
3ª Discussão	04
2ª Discussão	04
1ª Discussão	26
Encerramento da Sessão	31

DIÁRIO Nº 164**14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	32
Presenças.....	32
Abertura da Sessão	32
Expediente:	
Requerimentos	33
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	33
Discussão/Votação	
3ª Discussão	33
2ª Discussão	33
1ª Discussão	34
Requerimentos	40
Encerramento da Sessão	40

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 163 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA SUMÁRIO Mesa Executiva.....03 Presenças.....03 Abertura da Sessão03 Expediente:		Requerimentos 03 Ordem do Dia: Discussão/Votação 3ª Discussão 04 2ª Discussão 04 1ª Discussão 26 Encerramento da Sessão 31
--	--	--

DIÁRIO Nº 163

13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Beti Pavin e pelo Sr. Deputado Chico Noroeste.

Presenças:

Às dezenove horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane

Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori e Ney Leprevost (06).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 3738

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a prorrogação da presente Sessão Extraordinária pelo período de 02 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que denomina de Mário Fontana, o viaduto das Rodovias PR-585 com a BR-467, Rodovia Toledo-São Pedro do Iguaçu e Toledo-Cascavel. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 716/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que dispõe sobre o parcelamento dos débitos não tributários, perante o Tribunal de Contas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda da CCJ com abstenção do Deputado Artagão Júnior.

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 811/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/07, na forma do substitutivo geral da CCJ, altera os dispositivos da vigência da lei orgânica do IPVA, e aprova tabela de valores venais para cálculo do referido imposto referente de 2008. (DETRAN). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário, em nº de 04 (quatro), nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 01
AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO
PROJETO DE LEI Nº 811/07

O Deputado que a presente subscreve vem no uso de suas atribuições regimentais, apresentar a seguinte emenda:

Suprime-se do artigo 1º do substitutivo geral a expressão constante do inciso II relativa ao parágrafo 3º, alíneas “a” e “b” da Lei nº 14260/03, buscando assim a manutenção do texto relativo ao desconto no pagamento de IPVA ora em vigor no Paraná.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) RENI PEREIRA

Apoioamento:

Chico Noroeste, Rosane Ferreira, Pastor Edson Praczyk e Ribas Carli Filho.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda é proposta com a finalidade de se manter nos patamares atuais o desconto ofertado quando do pagamento do IPVA, embasado no princípio constitucional da anterioridade nonagesimal. Ainda mais, para proteger o contribuinte que paga em dia suas dívidas junto à Secretaria da Fazenda Estadual.

Vale dizer que anterioridade, em sentido lato, deve ser percebida como princípio que evita a surpresa tributária, por isto chamado também de princípio da não surpresa. E este princípio é corolário do princípio da segurança jurídica, pelo qual não se poderia esperar que o ente tributante, na calada da noite ou ainda, no fim do ano, onerasse o contribuinte a tal ponto de uma lei ser publicada no dia 31 de dezembro de um ano para valer a partir de 1º de janeiro do outro. Vale dizer que, em julgamento da ADI 939 a STF plasmou entendimento de que a anterioridade se transmuta em cláusula pétrea, reconhecendo porquanto, seu distinto valor em nosso ordenamento jurídico. Afora dúvidas que retirar desconto é onerar, ainda que de modo indireto, o contribuinte de IPVA no Paraná.

Ainda na mesma esteira, bem se sabe que o contribuinte planeja suas ações pautados no que tem conhecimento, ainda mais na área tributária. Assim, comum é que se pense no pagamento de IPVA com o desconto de 15 ou 5%, respectivamente, para quitação a ser realizada no mês de fevereiro ou março de cada ano. Ocorre que se esta iniciativa constante do substitutivo geral for aprovada, estará sendo trazida situação prejudicial ao contribuinte paranaense, que será apanhado de surpresa pela redução ou retirada do desconto ora estudado. Além do que, uma vez mais estará ocorrendo inconstitucionalidade, por desrespeito à princípio constitucional.

SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 02 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

A presente Subemenda Aditiva ao Substitutivo Geral da CCJ ao Projeto de Lei nº 782/07, oriundo de Mensagem Governamental nº 054/07, que modifica a Lei Orgânica do IPVA, tem por objetivo acrescentar-lhe, onde couber, um novo dispositivo, conforme redação que segue:

Art. 1º ...

... - Acrescenta alínea “c” ao inciso I do artigo 4º, com a seguinte redação:

Art. 4º As alíquotas do IPVA são:

I - 1% para:

a) ...

b) ...

“c) veículos populares, com potência de motor não superior a 1000 cilindradas;”

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, MARCELO RANGEL, OSMAR BERTOLDI, VALDIR ROSSONI, AUGUSTINHO ZUCCHI, DOUGLAS FABRÍCIO, ELIO RUSCH, ROSANE FERREIRA, RENI PEREIRA, PLAUTO MIRÓ, EDGAR BUENO e RIBAS CARLI FILHO.

JUSTIFICATIVA:

Para efeito de realizar justiça social, necessário reduzir o percentual de incidência do IPVA sobre os veículos populares, utilitários, de baixa potência e sem luxos, utilizados também como instrumento de trabalho pela população de média renda e pela classe trabalhadora.

Num estado que se diz seguidor da Carta de Puebla é insustentável utilizar uma mesma alíquota para cobrança de um tributo que incide sobre o patrimônio tanto dos afortunados quanto daqueles cujo único patrimônio é, muitas vezes, o veículo utilizado para o exercício de seu ofício.

SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 03 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

A presente Subemenda Aditiva ao Substitutivo Geral da CCJ ao Projeto de Lei nº 782/07, oriundo de Mensagem Governamental nº 054/07, que modifica a Lei Orgânica do IPVA, tem por objetivo acrescentar ao seu artigo 1º, um novo dispositivo, onde couber, conforme redação que segue:

Art. 1º ...

... - O inciso XI do artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14 São isentos do IPVA, os veículos automotores:

I - ...

...

XI - classificados quanto à espécie como motocicletas e cujos motores não excedam 125 cilindradas.”

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, LUIZ CARLOS MARTINS, DOUGLAS FABRÍCIO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ, EDGAR BUENO, OSMAR BERTOLDI, ADEMAR TRAIANO, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, ANTONIO BELINATI, RIBAS CARLI FILHO, ROSANE FERREIR e PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

Para efeito de realizar justiça social, necessário isentar do pagamento do IPVA os veículos de duas rodas e de baixa potência que, via de regra, são utilizados, em sua quase totalidade, por estudantes e por profissionais do mercado informal de trabalho, os motoboys, como instrumento de trabalho.

Num estado que se diz seguidor da Carta de Puebla é insustentável tributar uma ferramenta de trabalho, onerar um bem que na verdade seria o correspondente aos bens do ativo, em relação ao ICMS.

Assim como aqueles são bens propiciadores e geradores de riqueza para a economia do estado, assim também o são as motocicletas de baixa potência.

Além do mais o IPVA é tributo que incide sobre o patrimônio tanto dos afortunados quanto daqueles cujo único patrimônio é, muitas vezes, o veículo utilizado para o exercício de seu ofício.

SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 04 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

A presente Subemenda Aditiva ao Substitutivo Geral da CCJ ao Projeto de Lei nº 782/07, oriundo de Mensagem Governamental nº 054/07, que modifica a Lei Orgânica do IPVA, tem por objetivo acrescentar ao seu artigo 1º, um novo dispositivo, onde couber, conforme redação que segue:

Art. 1º ...

“... - O artigo 22 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22. Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de preços médios de veículos, elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, para ser utilizada como base de cálculo do IPVA, para o exercício de 2008, e que constitui o anexo único desta lei.”

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DUÍLIO GENARI, DOUGLAS FABRÍCIO, NELSON JUSTUS, OSMAR BERTOLDI, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ, EDGAR BUENO, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANTONIO BELINATI, RIBAS CARLI FILHO, PASTOR EDSON PRACZYK, ROSANE FERREIRA, ELIO RUSCH e EDGAR BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Para efeito de realizar justiça social, necessário reduzir o percentual de incidência do IPVA sobre os veículos populares, utilitários, de baixa potência e sem luxos, utilizados também como instrumento de trabalho pela população de média renda e pela classe trabalhadora.

Num estado que se diz seguidor da Carta de Puebla é insustentável utilizar uma mesma alíquota para cobrança de um tributo que incide sobre o patrimônio tanto dos afortunados quanto daqueles cujo único patrimônio é, muitas vezes, o veículo utilizado para o exercício de seu ofício.

Designado o Deputado Nereu Moura como Relator para apreciar as emendas, já que estamos em Comissão Geral. Passamos as emendas para o Deputado Nereu Moura para seu relatório.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, as emendas ao projeto de lei alteram os dispositivos da vigência da Lei Orgânica do IPVA. O Projeto de Lei nº 811/07, de autoria do Poder Executivo, veio a plenário recebeu 4 emendas ao substitutivo geral da CCJ.

(Lê parecer das emendas)

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA -
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 811/07 -
MENSAGEM 054/07

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei acima epigrafado, de autoria do Poder Executivo, indo a plenário recebeu três subemendas ao substitutivo geral da CCJ:

1ª Emenda Supressiva que objetiva suprimir do artigo 1º do Substitutivo Geral da CCJ a expressão constante do inciso II relativa ao parágrafo 3º, alínea 'a' e 'b' da Lei Orgânica do IPVA (Lei nº 14260/03).

2ª Subemenda Aditiva que objetiva acrescentar uma nova alínea ao inciso I, do artigo 4º da Lei Orgânica do IPVA (Lei nº 14260/03), conforme segue:

Art. 4º (...)

I - 1% para:

c) - veículos populares, com potência e motor não superior a 1000 cilindradas.

3ª Subemenda Aditiva que objetiva acrescentar um novo inciso ao artigo 14 da Lei Orgânica do IPVA (Lei nº 14260/03), conforme segue:

Art. 14. (...)

XI - classificados quanto a espécie como motocicletas e cujos motores não excedam 125 cilindradas.

4ª Subemenda Aditiva que objetiva modificar a redação do artigo 22 da Lei Orgânica do IPVA (Lei nº 14260/03), conforme segue:

Art. 22 Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de preços médios de veículos, elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIEPE, para ser utilizada como base de cálculo do IPVA, para o exercício de 2008, e que constitui o anexo único desta lei.

É o relatório.

II - Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor quanto a Subemenda de nº 04 e Emenda nº 01, sendo que a Subemenda de nº 01 e 02 apresentam-se ilegais.

Tentam os autores das subemendas de nº 02 e 03, via oblíqua legislar sobre isenção afrontando o artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do artigo 153 da Constituição, na forma do seu parágrafo 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é contrário à subemendas de nº 02 e 03 e favorável à subemenda 04 e emenda supressiva nº 01.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) NEREU MOURA.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Nosso parecer é contrário às subemendas de nºs 02 e 03 e favorável às subemendas nº 04 e nº 01. É este o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Em votação o parecer que acolhe duas emendas e rejeita outras duas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Nosso desejo é encaminhar a votação do parecer do Deputado Nereu Moura.

Sr. Presidente, o objetivo das emendas apresentadas, até para facilitar nosso trabalho, porque imagina como é que está o grau de stress de cansaço. Gostaria que o Deputado Nereu Moura, se possível, me corrigisse, mas temos aqui a Emenda n° 02, que diz o seguinte:

(Lê Emenda n° 2).

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. colocasse - até para o bom andamento - em votação, emenda por emenda, o parecer, para que pudéssemos diferenciá-las, porque os objetivos delas são diferentes. E inclusive o entendimento do parecer.

Quero colocar aqui, Sr. Presidente, estou encaminhando a Emenda n° 02, que vem de encontro à Carta del Puebla, porque ela vem atender o povo trabalhador. Esta nossa emenda objetiva reduzir o IPVA de 2,5% para 1% para veículos de 1000 cc. Todos os senhores sabem que fomos objeto de críticas do Sr. Governador quando travamos aquela luta contra o tarifaço.

O Governador, numa acusação que considero um momento infeliz do Governador, ele tachou a Oposição de defensora dos ricos e que estávamos querendo prejudicar os pobres.

Ora! Esta emenda que apresentamos aqui, apenas vem de encontro ao discurso do Governador. Ele quer taxar os veículos populares de 1000 cc em 2,5% e a Oposição quer que esta alíquota seja de 1%. Por essa razão, somos contrários ao parecer do Deputado Nereu Moura.

Sr. Presidente, gostaria de saber de V. Exa. se dará encaminhamento, porque com o parecer globalizado fica extremamente delicado para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Rossoni, não temos como votar no parecer do Relator emenda por emenda. No parecer do Relator ou votamos favorável, ou contrário, mas depois sim, na votação das emendas, aí sim poderemos apreciar não em Comissão Geral, mas na votação do projeto votamos emenda por emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Esse posicionamento para mim já é válido.

Gostaria só de colocar, Sr. Presidente, que as emendas n°s 01, 02 e 03 votaremos contra o parecer do Deputado Nereu Moura e a Emenda n° 04 votaremos favorável. Esse é o indicativo, se é que posso fazê-lo como Líder da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Claro, mas aí sim votaremos, posteriormente, um a um. Agora estamos votando apenas o parecer do Deputado Nereu Moura, o Relator.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.
(Assentimento)

O Deputado Rossoni está exagerando na dose, pois dei parecer favorável na Emenda n° 01 e na Emenda n° 04.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Por essa razão, Sr. Presidente, é que agradeço. Não é o excesso da dose, mas é o excesso de trabalho, Deputado. Eu não tinha entendido que o ilustre Parlamentar tinha dado parecer favorável à primeira.

Então, por isso que tem que ser votado emenda por emenda, porque em duas votaremos favorável e em duas votaremos contrários. Concordamos com o parecer em duas emendas e discordamos em duas emendas, então, se votar globalizado prejudica o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Rossoni, primeiro vamos votar o parecer do Deputado Nereu Moura, favorável ou contrário, e posteriormente é que V. Exa. vai defender as emendas.

Agora coloco em votação o parecer do Deputado Nereu Moura.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, o que eu queria que V. Exa. entendesse é que seremos obrigados, por estarmos votando as 4 emendas juntas, seremos obrigados a votar contra o parecer do Deputado Nereu Moura, quando somos favoráveis a 2 pareceres.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas, V. Exa. deve convir que não tenho como, porque em Comissão Geral só tenho um parecer.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Requeiro a V. Exa. o voto separado das emendas, parecer por parecer. Na votação n° 01, a Emenda n° 01, votaremos favorável. Na Emenda n° 02, votaremos contrário. Na Emenda n° 03, votaremos contrário. E na Emenda n° 04, votaremos favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas é claro que iremos proceder dessa maneira, não na Comissão Geral, mas quando formos votar o projeto, aí sim vamos votar uma a uma.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, mas aí é mérito.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas na Comissão Geral não tem como votar, porque o parecer ou é favorável, ou é contrário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

Só uma coisa para facilitar o nosso trabalho. O Deputado Rossoni é um Parlamentar lúcido, mas ele tem que ler e toma a suas decisões, mas o problema na verdade é que, sinceramente, penso que há muitos assessores

falando de forma diversa do que está pensando o Parlamentar e ele acaba tendo uma interpretação diversa daquilo que ele está ali, com clareza, pensando.

Então, penso que o parecer está absolutamente claro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos votar o parecer e posteriormente vamos votar, uma a uma, as 4 emendas.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, eu poderia separar o meu parecer em dois, sendo favorável às Emendas de nº 01 e nº 04 e contrário às Emendas de nº 02 e nº 03. Facilita para V. Exa. e divido em dois pareceres o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Se assim V. Exa. relatar, posso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Trocando em miúdos, era o que eu estava solicitando a V. Exa. e agradeço a compreensão do Deputado Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não tenho poderes para mudar o parecer do Relator. O Relator é quem muda o seu parecer. Perfeitamente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Encaminhar**)

Só para explicar, acho que acabou gerando uma confusão, e assisti a razão ao Deputado Valdir Rossoni, porque a Emenda nº 01, que o Deputado Nereu Moura acolheu, é a emenda do bloco que mantém o desconto em 15%, que ele subtrai a alteração. E a Emenda nº 04, a constitucionalidade. Estamos falando que ele acolheu a constitucionalidade. E a Emenda nº 04 é da FIP. Então, vamos acompanhar o Relator em relação a 01 e a 04, mas em relação a 02 e a 03 vamos votar contra. Então, agora resolveu e já explicamos quais são as emendas que foram acolhidas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estão em votação as subemendas nºs 02 e 03. Parecer contrário do Relator.

Os Deputados que aprovam o parecer do Deputado Nereu Moura permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o parecer do Deputado Nereu Moura queiram, por gentileza, levantar-se, nas Emendas nºs 02 e 03.

Vinte e três Srs. Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezenove Srs. Deputados aprovam. Está aprovada as Emendas nºs 02 e 03, as subemendas. Vamos votar agora as subemendas nºs 01 e 04.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

V. Exa. errou na maneira de informar a votação. As emendas não estão aprovadas, o que está aprovado é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bem colocado. Está em votação o parecer do Deputado Nereu Moura favorável à Emenda nº 04 e Emenda nº 01.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Será possível ler as emendas quando for para votarmos? Por favor.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Li o relatório. É matéria vencida, está votado. Está aprovado o parecer do Relator.

Deputado Valdir Rossoni, agora sim vamos votar, inicialmente, o substitutivo geral da CCJ aprovado em 1ª discussão por esta Plenário. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar o substitutivo geral, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no encaminhamento da constitucionalidade dessa mensagem já havíamos nos manifestado contrário.

E agora, no mérito, não poderia ser diferente.

Gostaria de lembrar que, quando encaminhamos o projeto na Sessão anterior, lembramos uma passagem aqui na Assembléia Legislativa. Depois ela foi relembrada pelo Deputado Augustinho Zucchi e também pelo Deputado Valdir Rossoni.

Em 1995 a Assembléia Legislativa aprovou a alteração da lei que regulamenta o IPVA, que é de 1988. Naquela ocasião aprovamos o parcelamento em 10 pagamentos. O pagamento era de acordo com o final da placa. Mas, naquela ocasião se instituiu também o desconto para quem pagasse à vista.

Aí, posterior a 2005, outras leis também surgiram alterando a lei do IPVA, que é de 1988.

Em 2001 a mensagem que veio do ex-Governador Jaime Lerner, ele reduziu as parcelas de 10 para 6, sendo que a primeira venceria em fevereiro e a última em julho.

Mas, tinha naquela mensagem o pagamento à vista e que o proprietário do veículo gozava de um desconto de 15%.

Como houve a redução das parcelas para o pagamento do IPVA, o pagamento à vista veio para janeiro. Alguém disse, mas gostaria de lembrar neste momento. Quando antecipamos o pagamento de fevereiro para janeiro e reduzimos as parcelas eu disse: Ai, me Deus do céu!

Não tinha imprensa que chegasse e faltava microfone para os Deputados que hoje são Governo, para nos criticar.

A relação dos nomes dos Deputados que votaram pela antecipação do IPVA apareceu em todos os jornais. Diziam que os Deputados eram contra o contribuinte. Isso nos custou caro na eleição seguinte, que era em 2002. Isso foi falado no Paraná inteiro, de norte a sul, de leste a oeste.

Qual é a diferença daquela mensagem de 2001 para a mensagem do Governo de agora? Quem era Oposição hoje é Situação. Quem era Situação hoje é Oposição. Na verdade, Sr. Presidente Nelson Justus, quero usar as palavras de um Deputado daquela época que falava que não podemos penalizar os contribuintes e os proprietários de veículos.

Pois bem pena que não temos aí e esquecemos de pegar as notas taquigráficas de 2001. Com toda certeza, se pegássemos as notas taquigráfica de 2001, encontraríamos nessas notas algumas manifestações de alguns Parlamentares que diziam o seguinte: “Perdemos esta votação, mas vamos assumir o Governo e vamos, novamente, instituir o pagamento em 10 vezes e vamos postergar o pagamento à vista e conceder uma desconto maior ainda.”

Pois bem, Srs. Deputados, os Deputados que se manifestaram naquela época, hoje estão aqui na Assembléia. Qual será o comportamento deles? Os que vieram posteriormente, nada. Agora, quem votou aquela vez e afirmou que eles iriam aumentar as parcelas e agora estão reduzindo o desconto, Deputado Durval Amaral? Estão reduzindo o desconto. Reduzir o desconto é aumentar em 10%. Alguns Deputados que eram Governo, naquela época, continuam sendo Governo, hoje. Até aí não tem nenhuma incoerência. Então, tem Deputado que votou pela antecipação e, hoje, vota pela redução do desconto.

Só queria fazer este registro nesta Casa para que fique nos Anais da Assembléia, porque a nossa posição é contrária à redução do desconto. A redução do desconto representa um aumento no IPVA. Nós Deputados da Oposição e, principalmente, não posso falar nem da Oposição, nem dos Democratas, que nosso Líder, Deputado Plauto, falará sobre a posição da bancada na Assembléia Legislativa, mas posso falar do nosso partido. O nosso partido, hoje, em Brasília, não sei como está a votação da CPMF, mas fechou questão e vai votar contra, como o PSDB vai votar contra. Acreditamos que a CPMF, lá em cima, caia.

Espero que a Assembléia, aqui do Paraná, também siga o exemplo daquilo que está acontecendo em Brasília,

principalmente os Deputados dos Democratas, do PSDB, os Deputados que são contra o aumento da carga tributária lá em Brasília ou a prorrogação de qualquer uma, que também votem contra essa mensagem que está aqui na Assembléia Legislativa.

Volto a dizer: embora sejamos contra esse substitutivo ou essa mensagem, tivemos grandes avanços, sim. A Oposição conseguiu convencer o Governo e conseguiu convencer esta Casa, na sua quase unanimidade, para que não se votasse o tarifaço que o Governo queria instituir aqui no nosso estado.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró, depois Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Jocelito Canto.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tivemos, nos últimos meses deste ano, encaminhado pelo Governo do Estado do Paraná à Assembléia Legislativa 3 projetos de lei, todos eles aumentando o valor de tarifas e impostos no nosso estado. Um dos três é a votação do IPVA. Neste projeto inicial, o aumento de 20% mudando a alíquota de 2,5% para 3%, a ser cobrado dos proprietários dos veículos automotivos no nosso estado do Paraná. Os outros dois projetos também, aumentando impostos e aumentando taxas.

A Assembléia mobilizou-se. Os Deputados defendendo os interesses dos paranaenses se posicionaram contra o aumento de impostos desses 3 projetos. O Governador sentiu a derrota e, naturalmente, trabalhou no sentido de retirar os projetos que ele havia encaminhado na Assembléia Legislativa do Paraná. Aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, carimbado como os projetos do tarifaço. Muito bem, mas o IPVA tem que ser votado para que a cobrança possa ser feita no ano seguinte.

Dentro das mudanças feitas naquele projeto que aumentava os impostos, vimos um substitutivo geral fazendo com que este projeto ficasse apto a ser votado em Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, só que o Governador acaba com esse substitutivo aprovado pela sua bancada na Assembléia Legislativa, fazendo com que aquele desconto que era dado, todos os anos, aos contribuintes, a todos aqueles que pagavam os impostos dos seus veículos, que teriam no mês de fevereiro um desconto de 15%, agora o Governo quer fazer com que não venha a ser mais 15% de desconto, e sim só 5% de desconto. Naturalmente, aumentando a arrecadação e o contribuinte sentindo diretamente no seu bolso a mão do Governo do Estado entrar e tirar, mais uma vez, uma parte dos seus recursos, do seu orçamento, para poder fazer com que o estado coloque esse dinheiro dentro dos cofres, para que ele destine como bem entender.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento que estamos discutindo este projeto e, naturalmente, apresen-

tando emendas modificativas a este projeto que nós, como Deputados e também os Deputados de Oposição desta Casa apresentam, fazendo com que tenhamos a redução da alíquota do IPVA de 2,5% para 1% o valor da alíquota a ser cobrada dos carros com competência inferior a 1.000 cilindradas. Outra emenda que está sendo encaminhada, Sr. Presidente, é uma emenda que vai fazer com que todas as motocicletas até 125 cilindradas passem a ser isentas do pagamento de IPVA. O projeto original como vem hoje, faz com que motocicletas de até 125 cilindradas paguem o IPVA, a não ser aquelas que tenham mais de 10 anos de idade. Então, esta emenda é para beneficiar todas as motocicletas de 125 cilindradas, independente do ano de fabricação.

Outra emenda que está sendo apresentada é que fica indicada a Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas - o FIPE, para ser utilizado como base no cálculo do IPVA. Esse órgão é respeitado no país e é utilizado, também, por empresas seguradoras. Por que esse órgão? Para que o Governo do Estado do Paraná não venha modificar o valor venal dos veículos e com isso fazer com que mais recursos possam ser cobrados dos proprietários de automóveis.

Tem uma terceira emenda também apresentada que vai ser votada junto com essas outras 3, que mantém o desconto de 15% para pagamentos à vista a partir do mês de fevereiro.

Só para concluir, Sr. Presidente, a proposta do Governo é dar no mês de fevereiro 5% de desconto para o pagamento à vista em uma só parcela, e parcela o restante, quando foi parcelado, se faz em 5 vezes, sendo março, abril, maio, junho e julho. O nosso papel, nesta Casa, é defender os interesses dos paranaenses.

Esperamos que todos os Deputados de Situação e Oposição votem e aprovelem essas emendas para fazer com que o cidadão paranaense pague menos, tire menos recursos do seu bolso, porque da forma como está este projeto de lei que o Palácio Iguaçu encaminhou, que o Governo do estado encaminhou à Assembléia, o cidadão paranaense, proprietário de veículo, vai ter que pagar mais pelo IPVA.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício com a palavra.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos chegando ao final do ano. Quando cheguei nesta Casa, não tinha participado da legislatura anterior. Quando chegava a época de final de ano, eu, como cidadão comum, na minha região, na minha casa, via que sempre apareciam os projetos mais polêmicos para serem votados.

Geralmente, os projetos mais polêmicos são aqueles que a população tem uma opinião contrária. Este projeto,

esta emenda, este substitutivo que estamos votando - não estou aprovando, pelo contrário, estou reprovando - traz aquilo que falei quando encaminhei à constitucionalidade, um aumento de arrecadação para o Governo.

O Governo sempre discursa que é um Governo da Carta de Puebla, o Governo dos pobres, opção preferencialmente pelos pobres. Um dos maiores sonhos dos brasileiros, além de ter a casa própria, é possuir um carro próprio para poder se locomover. Com isso, o Governo não está ajudando em nada. Se ele apresenta um projeto nesta Casa para acabar com os descontos, de 15% para 5%, ele está retirando 10% a mais do bolso do paranaense, daqueles que já conseguiram realizar o seu sonho de ter um carro próprio, que infelizmente muitos ainda não tem. Se tivesse, em contrapartida, dizer que esse dinheiro que ele vai arrecadar a mais, ele vai melhorar, por exemplo, a saúde pública, de repente poderíamos ser favoráveis. Mas não é isso o que está acontecendo, pelo contrário, temos enfrentado dificuldades, a segurança pública tem enfrentado dificuldade, com vimos aqui. Conversava com alguns membros da imprensa e encontrei ali aquele pouco número de membros, 3 que tinham tido os seus carros roubados no Paraná.

Quero deixar bem clara a nossa posição contrária, a essa redução desse desconto, que o Governo está oferecendo aos paranaenses. Logo mais vamos encaminhar, falar sobre as emendas, que tentam de uma certa forma melhorar um pouco essa emenda substitutiva. O nosso pedido é para que os Deputados relembrem a época de campanha, quando visitaram as pessoas, fizeram reuniões e se comprometeram com as pessoas que vieram à Assembléia Legislativa, do interesse das pessoas, da coletividade, da sua maioria.

Conversei com várias pessoas, como disse hoje sobre esse projeto, Deputado Elio Rusch, para saber a opinião delas. Não encontrei nenhuma que fosse favorável, Deputado Marcelo Rangel, a esse projeto do Governo. Todos se manifestaram de forma contrária, Deputado Dr. Batista. Todos foram contra. A esperança que ainda tenho, é que alguns Deputados que votaram a favor desse projeto, na 1ª discussão, movidos pela sensibilidade, votem contra o projeto. Não sei bem que horas são. Está lá, 8 horas da noite. Está quase na hora do Jornal Nacional. Se ele trouxesse a notícia para a população, que os Deputados do Paraná dissessem não a esse projeto que o Governo quer implantar, de acabar com o desconto, quase acabar, porque ele quer reduzir de 15% para só 5%.

Então, ainda continuo animado aqui com os Deputados, imaginando que alguns possam mudar de opinião, voltando atrás, votando a favor do povo, porque na época da campanha todos nós nos comprometemos em defender os interesses da população. E esse projeto, a população, 100% da população é contrária, mesmo aqueles que ainda hoje não têm dinheiro para comprar um carro, que têm dificuldade de comprar um carro, mas têm o sonho de comprar, e quando ele comprar quer, além de querer pagar um imposto mais baixo, também quer ter desconto.

Sempre vejo uma briga aqui de um grupo de Deputados que eram da época do Governador Jaime Lerner e outros de hoje, que na época eram contrários ao Jaime Lerner, hoje são da Situação. Então, fica uma briga, um fala isso, outro fala aquilo, mas eu não queria entrar nessa briga. Só queria mostrar para a população que o Governo que está aí, que é o Governo Requião, se ele for realmente sensível às pessoas mais humildes, que orientasse, ainda dá tempo de ligar aqui para o Líder do Governo e pedir para que vote contra essa redução de desconto. Que mantenha o projeto como está hoje. Que mantenha o projeto como foi feito no ano passado - quem pagar a vista tenha lá o desconto de 15%. Quem está perdendo com isso é a população. As pessoas criticam. Amanhã vai sair no jornal, vai sair na imprensa que acabou o desconto ou que reduziu o desconto. Se esse projeto for aprovado, poderíamos dar uma boa notícia para o povo paranaense, dizendo que a Assembléia não aceitou reduzir os descontos. Acho que esta seria a melhor notícia e ficaria muito bem para a Assembléia e para cada Deputado aqui.

Quero finalizar lembrando o episódio que teve esta semana no Paraná, um “papagaio de pirata” falando mal dos Deputados, dos Deputados da Situação também. Falou dos Deputados da Oposição e da Situação. Disse que os Deputados da Situação ajudam o povo, levando aquelas verbinhas lá na região. O Deputado de Situação, Deputado Reni, diz que leva verbinha lá na região. Quanto que o Deputado da Situação está tirando de verbinha da região votando agora a favor deste projeto? Quanto está tirando do povo? O Deputado de Situação que já leva a verbinha, o chequinho lá na região, como disse o “papagaio de pirata” da Secretaria da Educação, que foi lá ofender os Deputados da Oposição, por causa daquela “laranjice” da televisão, da televisão laranja.

Pergunto a todos os Deputados agora que estão votando a favor desse aumento: quanto estão retirando do bolso dos paranaenses, principalmente da minha região, que é a região que eu defendo, que é a região dos municípios da COMCAM?

Então, era isto que eu queria deixar: esta reflexão a todos que vão votar a favor do projeto aqui, que vão estar prejudicando a minha região, pois vai estar tirando dinheiro do bolso daquelas pessoas que moram na região de Campo Mourão e claro, naturalmente, tirando dinheiro do bolso de todos os paranaenses, inclusive daqueles que hoje não têm carro, mas têm o sonho de conseguir um carro.

Era isso, Sr. Presidente, obrigado. Volto a encaminhar depois, nas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito a encaminhar o projeto, Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadãos paranaenses.

Hoje estou muito disposto para o debate democrático, para debatermos a respeito dos projetos que estão aí postos, as emendas. Estou com disposição, Deputado Péricles, de encaminhar emenda por emenda, com tranquilidade, porque, Deputado Strapasson, fiquei feliz que os Deputados estão lanchando e acompanhando os pronunciamentos dos Deputados que são contra esse substitutivo e alguns dos Deputados colocaram a mão na consciência e pensaram direito, pensaram melhor, que realmente este substitutivo não é bom para o estado do Paraná. Se ao menos conseguimos mudar a opinião de pelo menos um Deputado da Base Governista, por exemplo, o Deputado Tadeu Veneri, de repente pensar melhor e falar: “Puxa vida, o Marcelo, o Deputado Rossoni, o Deputado Edgar Bueno estão com a razão. Acredito que este substitutivo não vai ser bom para o nosso estado.” Se conseguíssemos pelo menos um voto de um Deputado do Governo que votou na 1ª discussão a favor, já será válida a nossa luta, porque é assim que eu vejo: uma grande luta, uma grande resistência, e é por isso que estamos utilizando a tribuna neste momento.

Preciso falar a respeito de um pronunciamento do Deputado Dobrandino em um dos encaminhamentos na Sessão anterior. O Deputado Dobrandino falou que agora os proprietários de veículos não vão mais precisar pagar à vista, mas poderão, além de pagar em parcelas, investir esse dinheiro no mercado financeiro que vão ganhar muito mais.

Recebi aqui um estudo do Sr. Hamilton Daledone, que é professor de Finanças da FAE, e ele afirma que ainda é mais vantajoso pagar o imposto à vista hoje e faz uma simulação, inclusive, para exemplificar: ele diz que se aplicar o dinheiro no mercado financeiro o proprietário vai acabar perdendo muito dinheiro.

Portanto então, Deputado Dobrandino, o seu pronunciamento, segundo esse técnico, eu não sou técnico em Finanças, mas segundo o Sr. Hamilton Daledone Filho, ele acha que não é válido, não é bom negócio. Portanto, o melhor negócio seria realmente não aprovarmos esse substitutivo, porque não consigo ver benefício algum para o estado, a não ser para o Governo que ainda não disse, eu ainda não ouvi nenhum pronunciamento de nenhum Parlamentar até agora, dizendo exatamente aonde o Governo vai gastar esses 31 milhões que vai arrecadar a mais no ano que vem. Até agora não consegui entender aonde será aplicado esse dinheiro! Já falei no meu pronunciamento anterior, coincide muito com a emenda coletiva que foi apresentada aqui na Assembléia para o orçamento que também destina 30 milhões a mais para a Secretaria da Comunicação para o ano que vem!

Agora estamos discutindo, Deputado Elio Rusch, Deputado Duílio Genari, estamos discutindo esse substitutivo e eu não concordo que as pessoas de bem, que pagam em dia, aquelas pessoas que guardam o seu dinheirinho para pagar exatamente no dia do vencimento, e aqui eu dou um exemplo a dona Maria Luísa Conceição Cruz de Oliveira paga no dia certinho e não atrasa um dia

sequer e agora o que eu vou dizer para ela? Dona Maria Luísa, minha progenitora, vou chegar em casa e vou falar: a senhora não vai mais pagar o IPVA no dia, não! Agora vai ter que pagar em parcelas porque não vale a pena pagar mais no dia. A vida toda eu prezei por pagar à vista, porque se tem desconto. Nós aprovamos, é claro, sem a minha anuência, nós que eu digo é a Casa, a Assembléia Legislativa aprovou uma lei que acaba beneficiando os inadimplentes, porque os inadimplentes que estão em dívida com o Governo do Estado até o ano 2000 não vão mais precisar pagar as suas dívidas. Tudo liquidado, anistiados, e como falei também na Sessão anterior, não apresentaram um estudo de impacto financeiro. Que teria que ser apresentado, teria! Mas não foi apresentado. Votei contra a constitucionalidade e agora estou votando contra o mérito. Acredito que com o nosso esforço, a nossa luta, mesmo com o passar das horas, vamos conseguir pelo menos reverter alguns votos e vamos, se Deus quiser, derrubar esse substitutivo geral.

Por isso, peço encarecidamente ao Deputado Valdir, enfim, a todos os Deputados que estão acompanhando o nosso pronunciamento, atentos, as pessoas que estão nos gabinetes, que estão acompanhando nesta noite os nossos discursos e vão acompanhar daqui a pouco, emenda por emenda, cada encaminhamento, cada discussão.

Mas é importante dizer ao estado do Paraná que estamos aqui, sim, trabalhando. Alguns preferem dizer que estamos optando pela obstrução. Talvez seja obstrução, mas estamos fazendo o que é prerrogativa do Parlamentar: debater e defender o nosso posicionamento contra esse absurdo, na minha opinião pessoal, que é o substitutivo que está aí posto para os nobres Parlamentares votarem.

Era isso que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereiro.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Questão de Ordem)

Para que fique registrado que o Deputado Dobrandino da Silva, do PMDB, está presente na Sessão de hoje votando dependendo de como vai votar isso não diz respeito, está aqui representando o povo de Foz do Iguaçu. O Deputado Chico Noroeste do PR está aqui e eu, Deputado Reni Pereira do PSB de Foz do Iguaçu também estou aqui.

Faço esse registro porque fui comunicado agora há pouco que uma colega nossa do PT está em Brasília, num anúncio de uma universidade que vai sair em Foz do Iguaçu. Aliás estamos sabendo pela mídia porque não fomos comunicados. E os 3 Deputados são de partidos que integram Foz do Iguaçu e registre, Foz do Iguaçu não tem Deputado Federal. E faço esse registro porque somos daquele tempo, apesar de o Deputado Dobrandino que é o mais velho saber disso, mas somos daquele tempo que inauguração era da obra. E, juntamente com o Deputado

Chico Noroeste, fomos convidados para uma inauguração de um projeto em Foz do Iguaçu, que aliás, não saiu ainda. Da duplicação. E agora está tendo palanque até para lançamento de idéias e registro, que os representantes de Foz do Iguaçu estão aqui nesta Casa, defendendo os interesses de Foz do Iguaçu.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, certamente, Deputado Romanelli, como disse o Deputado Rangel, quando ele começou a falar estava começando o Jornal Nacional. Agora, está quase terminando o Jornal Nacional.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só para dizer que é da minha autoria a expressão “Cabo Canaveral”, e foi em homenagem ao Governador Jaime Lerner, quando era Deputado aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por gentileza, não cabe aparte num encaminhamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Tem horas que o Deputado Romanelli tem uma recaída, que ele teria que ser demitido, inclusive, da Liderança do Governo. Eu até tenho insistido, em determinados momentos, que tem Sessões na CCJ que se o Deputado Romanelli não estivesse presente caminharia mais tranqüila para o Governo. Então, é uma coisa inexplicável. Mas, ele tem síndrome, como disse o Governador Jaime Lerner outro dia, ele disse que algumas pessoas são movidas pelo ciúme, pela inveja. Não acredito que o Deputado Romanelli seja movido pelo ciúme ou pela inveja. Porque ele tem um mal súbito deste Jaime Lerner, não sei o que é. É algo extraordinário. Ele me enxerga ou enxerga o Elio, ele fala do Jaime Lerner. Ora!

Deputado Romanelli, preste atenção no que vou dizer a V. Exa. Talvez esta demonstração, vamos ficar aqui hoje pelo menos até meia noite, vamos marcar a data. Porque é que temos que marcar data? Porque se nós vissemos, aqui, em algum momento, este interesse de alguns Parlamentares de discutir mesmo o que estamos discutindo, nós estamos discutindo nada mais nada menos em torno de 40 milhões que sairão do bolso dos paranaenses. E seria fácil ser resolvido. Muito fácil. Era só cortar supérfluos ou corrupção. Vou citar um exemplo, que V. Exa. foi atacado em Campo Mourão mas fazer uma sociedade do televisor. Vamos levar o televisor em Campo Mourão, vamos fazer uma prestação de contas. Só aí, 5 milhões.

Se não me falha a memória, tem aí uma emenda, diz que é para adoçar um pouquinho o coração dos donos de imprensa do Paraná - falado pelo Líder - que é de 30 e poucos milhões. Está aí. Está resolvido, corta isso. Está resolvido. Era só não aprovarmos este substitutivo, estaria resolvido o problema orçamentário deste estado e nós não precisaríamos estar votando este substitutivo.

Ora! É importante e é uma prática desta Casa, e é uma prática salutar. Imaginem a hora que os motociclistas de Ponta Grossa souberem que V. Exa. votou favorável a eles, hoje, aqui nesta Casa. Os Deputados Péricles, Jocelito, Plauto, Rangel, de Ponta Grossa, cerraram fileiras favoráveis aos motoqueiros, aos motociclistas - uma palavra mais simpática - do Paraná e de Ponta Grossa. Seria muito bonito.

Sei que não temos mais, até pelo nosso cansaço, o poder do convencimento. Mas, a grande verdade de tudo isto é que nós queremos, na segunda-feira, fazer aqui um relatório do que aconteceu de positivo e negativo no ano de 2007.

Acredito que na segunda-feira teremos aqui condições, e até peço o Grande Expediente ao Deputado Nelson Justus, antecipadamente. Nunca pedi o Grande Expediente e pela primeira vez me inscrevo, porque por obrigação terei que subir nesta tribuna e fazer aqui um relatório. Vou falar dos pontos positivos, como por exemplo o recuo do Governo no tarifaço. Foi um recuo e de quem é a virtude? A virtude é do povo paranaense, só que o povo paranaense não está percebendo essa última pegadinha, mas o povo paranaense percebeu que o tarifaço estava a caminho do seu bolso e o que aconteceu? Deputado não podia mais andar na rua, que era cobrado. E nós vamos fazer com que isso chegue aos paranaenses novamente, porque teremos uma facilidade, daqui para frente, sem igual.

Na terça-feira o Deputado Nelson Justus cumpre um compromisso com esta Casa, de iniciar o funcionamento da televisão, e neste horário a televisão estaria no ar e os paranaenses estariam vendo a luta dos Parlamentares aqui para não haver aumento do IPVA e aí não estaria percebendo meia dúzia de Parlamentares ouvindo o meu pronunciamento, mas estariam ali pelo menos 50 Parlamentares, porque o olhar do povo é o maior castigo para o mau Deputado, para aquele que se submete à vontade do governante de plantão.

Muita vezes, quando vejo um Parlamentar de primeiro mandato se submeter à vontade do governante de plantão, até entendo, mas quando vejo o Deputado de segundo, terceiro ou quarto mandato, já não entendo mais. Por isso, disse ao Rangel e ao Douglas, para esses dois jovens meninos persistirem nesse trabalho; os senhores, V. Exas. já estão sendo diferenciados na sociedade pelo trabalho, pela luta, pela combatividade nesta Casa e por essa razão vamos entregar essa pérola que é o dinheiro do Paraná ao Governo do Paraná, para comprar televisor, para usar cartão corporativo, para viajar, para a SANEPAR, para os seguros fantasmas. Vamos entregar esse dinheiro para eles, mas vamos entregar suado, vamos entregar mostrando que temos garra, que temos determinação, que temos sentido. Entramos neste Plenário convictos que iríamos lutar e estamos lutando, e quanto mais falamos, mais vitalidade mostramos.

Por isso, a minha intenção aqui, certamente era de convencer pelo menos mais um Deputado, mais um voto,

porque alguns já cansaram e foram embora e outros já estão com vontade de ir embora, porque certamente desde as 14h30 ouvindo a Oposição batendo na mesma tecla, mostrando as condições, mostrando os erros do Governo, mostrando os impostos que pagamos, que bom seria que ligássemos a televisão agora e terminasse o Jornal Nacional dizendo que o Senado da República teve a grandeza de tomar uma atitude. Mas, daí alguém pode dizer: “Mas esse cara é PSDB e está dizendo que é contra imposto”. Quero dizer aos senhores que acredito estar no meio da minha carreira política, não sou mais candidato a Deputado Estadual, mas quero continuar na vida pública e nunca mais quero votar favorável a impostos, porque fazendo o balanço da minha empresa, falando em números redondos, em R\$ 1 milhão de faturamento, R\$ 380 mil vão para os cofres do Governo. Não tem mais quem suporte, não tem mais quem agüente, e de certa maneira a proteção é só para os grandes, só para os magnatas, só para aqueles que têm grandes empresas. Abra o site do BNDES para ver quem é que recebe dinheiro do BNDES. E assim continua o nosso Brasil.

Por esta razão, Sr. Presidente, Deputado Elio Rusch, cumpri o compromisso com V. Exa., encerro aqui os 10 minutos, não entrando no mérito das nossas emendas, mas certamente se não conseguirmos mas um voto agora no substitutivo geral, vamos conseguir nas emendas, porque as emendas, no mérito, elas tem chamamento popular e vão de encontro à Carta de Puebla, que tanto ouvi falar daquela tribuna por um ilustre cidadão que é o Governador do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Os Deputados que aprovam o substitutivo permanecem como estão. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Deputados favoráveis ao substitutivo queiram levantar-se. Vinte e três Srs. Deputados favoráveis ao substitutivo.

Os Deputados que rejeitam o substitutivo queiram levantar-se. Dezesseis Srs. Deputados. **Está aprovado o substitutivo.**

Esta em votação a Emenda nº 01.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu queria requerer à Mesa que pudesse, as Emendas nºs 01, 02 e 03, que queremos encaminhar contrário a elas, pudessem ser votadas em bloco. Sr. Presidente, queria requerer que as Emendas nº 01, 02 e 03, queremos encaminhar contrariamente à aprovação

dessas emendas, e encaminhamos favoravelmente à Emenda nº 04, que é a tabela da FIP. As outras emendas encaminhamos contrárias. Queria que as emendas que têm a rejeição pudessem ser votadas em bloco. Emendas nºs 01, 02 e 03, que pudessem ser votadas em bloco.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Há uma impossibilidade de votar, até porque a Emenda nº 01 foi aceita na sua constitucionalidade, a 2 e a 3 não, e são matérias diversas. Tem Deputados que querem votar a diminuição do imposto para motos até 125 e não querem em relação ao veículo 1.000. Outros é o contrário. Em relação à minha emenda, houve o acolhimento por parte do Relator, não tem como votá-la junto com a 2 e 3. Então, peço destaque pelo menos para a votação da Emenda nº 01.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Acatada a questão de ordem do Deputado Reni Pereira. E vamos votar emenda por emenda.

Está em votação à Emenda nº 01. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam a Emenda nº 01, queiram levantar-se. Dezesesseis Deputados aprovam a Emenda nº 01.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e sete Deputados rejeitam a Emenda nº 01. **Está rejeitada a Emenda nº 01.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Gostaria de registrar os Deputados: Fernando Carli Filho, Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Elio Rusch, Marcelo Rangel, Duílio Genari, Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Plauto Miró, Edgar Bueno, Jocelito Canto, Durval Amaral, Chico Noroeste, Luiz Carlos Martins, Pastor Edson Praczyk, Reni Pereira, Rosane Ferreira e Augustinho Zucchi votaram favoráveis a Emenda nº 01.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Na contagem do Deputado Augustinho Zucchi faltaram alguns Deputados que votaram de outro jeito, mas que no fundo do coração tinham vontade de votar com a Oposição, mas não podiam desagradar o Governo.

Muito obrigado!

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Só para registrar, essa emenda foi apresentada pelo Bloco PSB/PR/PRB/PV, e ela corrigia o aspecto inconstitucional do substitutivo.

Portanto, se foi aceita na constitucionalidade, aquele dispositivo que está mantido no substitutivo é inconstitucional. Isso pode ser argüido a qualquer momento.

Só para dizer da coerência desses 16 Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos votar a Emenda nº 02.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

A Emenda nº 02, apresentada pela Oposição, visa incluir no artigo 4º da Lei do ICMS a letra “c” no inciso I.

O que tem no inciso I do artigo 4º: disciplina o índice que será aplicado sobre o valor venal dos veículos.

Temos os carros de passeio que, pela Lei do IPVA de 2003, cobram-se 2,5% sobre o valor venal. Há uma concordância nessa Emenda nº 04, que será acatada por todos os Srs. Parlamentares. Sobre essa tabela existem as alíquotas que serão aplicadas, 1%, 1,5%, 2,5%.

Como nós, Deputados da Oposição, fomos elogiados por alguns integrantes do Governo, dizendo que estávamos querendo favorecer apenas os ricos e éramos contra os pobres, quero dizer ao Deputado Romanelli que a Oposição na Assembléia Legislativa quer que, no carro até 1.000 cilindradas, seja aplicada alíquota de 1%. Por que 1% sobre os carros até 1.000 cilindradas? Porque geralmente o carro com 1.000 cilindradas é o carro adquirido pelas pessoas de um poder aquisitivo mais baixo. Se quisermos beneficiar as pessoas através da classe social, através do econômico, nada mais justo do que taxarmos os carros populares, que são populares mesmo, até 1.000 cilindradas com 1%.

Queremos mostrar para a sociedade do Paraná e para os Deputados na Casa, espero que os ilustres Parlamentares pensem da mesma forma como pensamos, Deputado Valdir Rossoni, para que possamos convencer a maioria dos Deputados que formam o Plenário da Sessão de hoje, que possamos aprovar essa alíquota de 1%. Por que fizemos isso? A Bancada da Oposição, sempre orientada pelo nosso Líder, o Deputado Antonio Belinati, que é de Londrina, sempre tem procurado defender a sua gente, sei dos conjuntos que ele tem construído no seu município. Ele tem conversado conosco e tem falado por que é que não vamos instituir, aqui nesta Lei do IPVA, uma alíquota que possa beneficiar os proprietários dos carros até 1.000 cilindradas.

A Lei do IPVA é de 2003. Disse antes, que a Bancada de Oposição conseguiu convencer o Governo, fazer com que ele recuasse no seu tarifaço. Mas quando ele retirou disse que estaríamos defendendo o rico e não estaríamos pensando no pobre. Essa emenda, que fique claro e registrado nos Anais desta Casa, é exatamente para beneficiar o proprietário que não tem poder de comprar um carro maior. É por essa razão que espero que a Bancada do Governo, que integra esta Casa também, possa ser sensível em relação a essa nossa proposta.

Quando votamos há pouco o substitutivo, Deputado Luiz Carlos Martins, ficou claro e comprovado quem é a favor da redução do IPVA e quem não é. Neste momento queremos deixar claro, Deputado Romanelli, sei que o senhor, como Líder do Governo, tem pressa, mas vamos discutir essas emendas, para que a sociedade saiba da posição de cada Parlamentar. Essa emenda diz na letra “c” que as alíquotas do IPVA são 1% para os veículos populares, com potência de motor não superior a 1.000 cilindradas, que são como eu disse, os carros populares. Estamos fazendo nosso trabalho. Vamos ver se conseguimos fazer com que ao menos alguns integrantes da Bancada do Governo possam ser sensíveis a nossa proposta.

Há pouco, Deputado Romanelli, recebi em minha mesa, através da internet, alguém trouxe uma folha, que lá no Senado Federal a própria Líder do Senado, a Deputada Rosane, acabou de confirmar que o Governo não tem a maioria lá no Senado para aprovar a prorrogação da CPMF, não tem os 49 votos. Ela disse: “A não ser que eles ainda consigam conquistar um voto da Oposição!”

Nós, aqui, estamos no inverso: nós estamos na Oposição querendo conquistar um voto da Base do Governo para trazer para o nosso lado, Deputado Artagão, com o objetivo de implantar no estado do Paraná 1% para os carros populares. Então, estamos no inverso daquilo que está acontecendo lá em Brasília.

Em Brasília, o Governo busca votos na Oposição e nós estamos aqui buscando votos no Governo com o objetivo, talvez, de trazer os votos necessários para aprovar esta emenda que pode beneficiar tanto os proprietários de carros até 1.000 cilindradas, seja lá da sua cidade Campo Mourão, Douglas Fabrício, seja da minha querida Marechal Cândido Rondon, seja de qualquer cidade do Paraná. Então, estamos beneficiando, em termos gerais, à população do nosso estado. Seria essa a nossa colocação e agradeço a atenção dos Srs. Parlamentares.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.
(Assentimento)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Deputado Douglas, sobre essa questão quero levantar uma questão de ordem.

Estou baseado no artigo 146, Sr. Presidente, que diz que as emendas aceitas em 2ª discussão passarão por mais uma discussão. Então, estamos discutindo. Depois, vamos encaminhar a votação. É assim a compreensão de V. Exa. Então, Deputado Douglas, é para discutir.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpe, Sr. Presidente, mas não é.

Está na Ordem do Dia para ser votada. Não estamos falando de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ela vai voltar amanhã para ser votada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, estamos tratando de outra coisa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ela volta amanhã. Está certo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, estou dizendo o seguinte, Sr. Presidente: quando a emenda é aceita em 2ª discussão, passará por mais uma discussão e, depois, teremos o encaminhamento de votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É discussão e votação. Desculpa, mas...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero discutir, também, depois do Deputado Douglas, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, gostaria de me inscrever também para discutir, logo após o Deputado Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não vou perder por nada sua discussão.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, estamos discutindo a Emenda nº 02 que trata a presente subemenda aditiva ao substitutiva geral da CCJ ao Projeto de Lei nº 782, oriundo de mensagem governamental. Ela modifica a Lei Orgânica do IPVA e tem por objetivo acrescentar-lhe onde couber um novo dispositivo, conforme a redação que segue. É o artigo 1º. Acrescenta alínea “c” ao inciso I do artigo 4º com a seguinte redação, Srs. Deputados: *As alíquotas do IPVA são 1% para veículos populares com potência de motor não superior 1.000 cilindradas.*

Deputado Valdir Rossoni, a Emenda nº 02. A grande maioria da população que utiliza veículos populares e que já conseguiu realizar o sonho de ter um veículo, como eu bem citei no início, queria lembrar a todos os Deputados, ao nobre Líder do Governo, Luiz Claudio Romanelli, que a Bancada da Oposição, vários Deputados querem que os veículos populares com potência de motor não superior a 1.000 cilindradas, tenham apenas 1% de impostos.

Então, para V. Exa. não dizer que os Deputados da Oposição não queriam votar a favor do povo, pelo contrário, votamos a favor do povo e estamos pedindo, aqui, que todos os Deputados que querem votar a favor da população concedam alíquota de 1% e não de 2,5, como está hoje. Queremos que seja 1% para veículos populares com potência de motor não superior a 1.000 cilindradas.

Vamos imaginar o seguinte: o brasileiro tem o sonho de ter o carro próprio. É um sonho de todos os brasileiros. Quando ele consegue comprar o carro, a grande maioria que consegue comprar ou a minoria, compram carro de 1.000 cilindradas. É o famoso carro 1.000. Utilizam esse carro 1.000 para ir ao trabalho. O 1.000 já é um carro que gasta um pouco menos de gasolina, de combustível, aí ele consegue ir ao trabalho. Se pensarmos em cada trabalhador que levanta de manhã cedo e vai ao trabalho e concedermos a alíquota de 1%, é possível, sim, Romanelli, conceder 1% de alíquota para os veículos 1.000 cilindradas. Não vai fazer uma diferença tão grande no caixa do Governo e vai significar muito para os trabalhadores.

Ao povo do PT, que fala muito em trabalhador, Deputado Welter, V. Exa. que é o Líder do PT, se reduzirmos para 1% a alíquota para os veículos de 1.000 cilindradas, estamos atingindo diretamente os trabalhadores. A imensa maioria dos carros 1.000 cilindradas é dos trabalhadores que utilizam para trabalhar. Se o pessoal do PT compreender isso e nos ajudar nesta votação, estaremos salvando um pouco este projeto, ajudando as pessoas que precisam, que são as pessoas que trabalham e tem um carro 1.000.

Por isso que a Oposição está colocando essa subemenda aditiva, para que a população mais humilde, aquela que já conseguiu realizar o sonho de ter um carro próprio e que é o carro 1.000, que é o carro mais barato e econômico do mercado, que possa ter também um imposto mais econômico. É por isso que colocamos esta emenda. Está, sim, assinada por vários Deputados da Oposição, mas também pode ser votada pelos Deputados da Base Governista.

Peço, principalmente para os Deputados do PT, que são os Deputados que, sempre que podem, apresentam projetos para beneficiar os trabalhadores, os menos favorecidos. Vejo aqui o Deputado Elton Welter defendendo o pessoal que não tem propriedade rural. Ele defendeu, ainda há pouco, pela Liderança do PT, a emenda constitucional para ampliar de 4 para 6 meses a liderança maternidade, atingindo as pessoas que, realmente, precisam. Queria fazer um apelo aos Deputados do PT para que votassem a favor do povo, dos trabalhadores, porque quem usa carro de 1.000 cilindradas são os trabalhadores. Se votarem os Deputados do PT, vamos ampliar muito, Deputado Rossoni, os votos que já temos da Bancada da Oposição e vamos conseguir mandar ao Governo uma emenda a um projeto que é impopular, porém, com a emenda, passa a ser um projeto popular, porque ela diminui a carga de imposto sobre os carros populares.

Estamos precisando de poucos votos. Estávamos fazendo a conta, Deputado Valdir Rossoni, você sabe, para este projeto ser aprovado, este aqui, fora o da motocicleta que já vai ser aprovado, que vamos comentar daqui a pouco, esta emenda, faltam apenas 2 votos, 2 votos estão faltando para a Oposição para que possa aprovar esta emenda.

Viu, Deputado Romanelli, V. Exa. que comentou ainda há pouco comigo sobre chequinho para a região, quero aproveitar e pedir que V. Exa. nos ajude nesse projeto de reduzir para 1% o imposto do IPVA dos veículos populares. A grande maioria dos votos de V. Exa. vem do povo. Nos ajude, o povo mais humilde, nos ajude dando uma tarifa de 1% para quem possui carros populares.

Era este o nosso pedido, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, nobre Deputado Valdir Rossoni, fazer um apelo ao Deputado Valdir Rossoni, ao Deputado Romanelli, para que abreviemos as discussões, porque na minha ótica, infelizmente, estamos perdendo tempo aqui. Nem a Bancada do Governo vai nos convencer e nem nós vamos convencer a Bancada do Governo. Cada um já tem o seu voto mais do que definido aqui. Pode ser que eu esteja equivocado, Sr. Presidente, mas os discursos aqui são mais para que fiquem gravados, registrados nos Anais da história. Temos aqui uma presença limitadíssima até de pessoas da imprensa, com exceção da nossa profissional da RPC.

Então, Deputado Valdir Rossoni, se pudermos abreviar, é um apelo que faço, porque vamos ficar discutindo, discutindo, discutindo e ninguém vai convencer ninguém a mudar de voto aqui, Sr. Presidente.

Os que estavam em cima do muro, mesmo não sendo tucano, deram um jeito de não aparecer na Sessão. Vão ficar aí pelos corredores e não apareceram aqui.

Ampliar a discussão, acho que vamos apenas incomodar até os funcionários desta Casa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa., só para deixar registrado, com o devido respeito ao nobre orador, por quem eu tenho muita consideração, V. Exa. já anunciou que a emenda está em votação.

Quero aqui dizer o seguinte: o artigo 172, só para esclarecer isto, o artigo 172 diz que o encaminhamento da votação terá lugar após ter sido anunciada a votação. Então, não é discussão, é encaminhamento de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Vejo, na hora que estamos aumentando impostos, alguns rindo. Não vejo nenhum motivo para rir. Vejo motivo para chorar. Vejo motivo, como diz o caboclo, para se avexar.

Deputado Belinati, V. Exa. sempre teve da minha parte o respeito, a admiração e a minha concordância. Quantas vezes, em reunião da Oposição, sempre aceitamos seus conselhos, porque V. Exa. tem uma sabedoria popular admirável. Mas me permita, Deputado Belinati, eu tenho a maior vontade de atendê-lo...

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

O ideal era que os argumentos de V. Exa. convencessem a Bancada do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Vou tentar convencer. Mas me permita, vamos entregar, a batalha só é perdida depois que você ou desiste, ou termina a batalha. Nem terminou e nem desistimos. Estamos aqui na luta. Eu sei que é cansativo. Eu sei que é ruim ouvir uma pessoa aqui por 5, 6 vezes encaminhando. Eu sei que é ruim. Mas acho também que engrandece esta Casa.

Presidente Nelson Justus, V. Exa. está presidindo uma das Sessões mais longas da história desta Casa. Isto é bom!

Por exemplo, vejo que aqui não há mais a imprensa, então não estamos mais aqui por causa da imprensa, mas imaginem a manchete nos jornais amanhã se aprovássemos aqui a diminuição do IPVA de 2,5 para 1: “A Assembléia Legislativa mostra independência e diminui impostos para carro popular.” Nós iríamos, Deputado Praczyk, andar pelas ruas, pelos shoppings, fazer compras de Natal, festejar o Natal, certamente com a altivez de sermos grandes Deputados, porque esta Casa aqui deu demonstrações, ultimamente, de muita firmeza, de muita guarra, de muita determinação! Já fugimos do grande tarifaço, a grande maioria salvo aqueles 24,25, 26, 27, 28 para não ser injusto, aqueles, quando subscrevemos aquele painel, parecia que o mundo ia cair e o poderoso chefão ia derramar raios sobre os opositores. Que nada, ele se submeteu! Já pensou que bonito seria, Deputado Elio Rusch, aprovarmos aqui não só as emendas das motocicletas até 125 cilindradas, mas aprovarmos dos carros populares, estaríamos chegando às casas de milhares de paranaenses nesse momento com benefício! Certamente estaríamos dando uma tratativa a este assunto com muito mais responsabilidade.

Quero dizer aos meus companheiros, claro que o período de final de trabalho se torna cansativo, gostaria que todos estivessem no aconchego de seus lares, gozando do descanso que são merecedores, mas, Deputado Belinati, acho que V. Exa. poderia depois, V. Exa. tem todas as condições de subir a esta tribuna e encaminhar a questão das motos de 125 cilindradas, porque ninguém sabe falar mais a voz do povo do que V. Exa., por isso eu queria que V. Exa. continuasse ajudando a Oposição, como está colaborando, como sempre esteve.

Srs. Deputados, vejo aqui alguns Parlamentares que poderão ser Prefeitos das suas cidades no ano que vem. Estou muito dirigido a Ponta Grossa hoje, porque vejo aqui combatentes de Ponta Grossa, Deputado Rangel, Deputado Plauto, Deputado Jocelito, imaginem uma placa na praça de Ponta Grossa dizendo: “Deputados que votaram favorável a diminuir a alíquota de IPVA de 2,5 para 1%.” Já pensaram poder colocar os nomes dos 4 Parlamentares de Ponta Grossa? Para nós seria uma alegria, seria muito ruim colocarmos o nome só de 3, mas para nós seria importante 4 Parlamentares de Ponta Grossa. Seria muito bom que conseguíssemos aqui colocar o nome de todos e nem necessário seria o nome de todos, seria, sim, uma auto-afirmação desta Casa!

A TV Assembléia vai fazer tão bem a esta Casa, neste horário estaremos discutindo aqui utilidade pública, estaremos aqui discutindo título de Cidadão Honorário, não tenha dúvida, Deputado Elio Rusch! Hoje estaremos discutindo algo muito mais importante, estamos com uma oportunidade única de chegar diretamente na parte mais doída do corpo humano que é o bolso! Poderíamos estar agora numa votação, colocando no bolso de todos os trabalhadores que comprem seu carrinho popular alguns reais que lhe dariam um feliz Natal. Que daria mais um presente para a sua esposa, para seus filhos e para a sua família.

Para isso a resistência é a melhor situação, porque a cada minuto que passo aqui nesse plenário, sinto mais condições de vencermos essa votação. Vamos persistir, vamos continuar, vamos usar o nosso tempo regimental, vamos tentar vencer pelo menos uma batalha. Já vencemos a maior Deputado Douglas, 27%. Agora estamos discutindo apenas um e meio. É muito pouco para quem conseguiu 27%.

Por esta razão talvez me torne cansativo, mas me sinto confortável, porque sei que estou fazendo aqui um belo embate de uma batalha, que vem de encontro com o que as pessoas desejam.

Se os meus eleitores tivessem observando esta Sessão eu estaria fazendo o mesmo que estou fazendo. Não estou fazendo pelo voto, estou fazendo pela história. Gostaria de escrever mais uma página em 2007. Já escrevemos uma página bonita, a do tarifaço. Poderíamos escrever mais uma página. Ficamos devendo à população muito, porque não conseguimos instalar aqui a CPI. Inclusive, peço aos Srs. Parlamentares, estamos querendo instalar CPI, já foi feito CPI pelos Senadores da República, enquanto nós não estamos cuidando da própria Casa, quando vemos debaixo dos nossos olhos os absurdos que acontecem no Paraná.

Se nós não cuidamos do Paraná, porque vamos cuidar da República? Por essa razão, Srs. Parlamentares, gostaria de pedir o voto aos senhores educadamente, respeitosamente, voto sim à Emenda nº 02. Emenda essa que daria oportunidade a milhares de paranaenses trabalhadores que receberiam esse presente dos Srs. Parlamentares.

Nunca conseguimos chegar diretamente ao nosso eleitor. Esta é a oportunidade lá do povo de Araucária. Eles saberiam - a Deputada Rosane está cansada, cansada da voz do Deputado Rossoni, das palavras repetitivas - mas ela estará dando uma resposta aos eleitores de Araucária. Eu tenho esperança.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Vou encaminhar, e também ao escutar as palavras do Deputado Belinati até balancei Deputado, porque o senhor realmente é uma pessoa carismática, digna de toda a nossa admiração. E quando o senhor falou que talvez fosse mais prudente cancelarmos os nossos encaminhamentos e pararmos com essa obstrução, porque talvez não consigamos mudar a votação aqui do Plenário. E eu realmente voltei a pensar.

No começo do meu mandato, quando ouvia os pronunciamentos dos Parlamentares, no sentido de encaminhar emendas, projetos, e notava, visivelmente, que é apenas protocolar, achava isso sem efeito nenhum. Achava isso desperdício de tempo. Hoje já penso diferente. Acho que é muito importante debatermos, principalmente nas questões mais polêmicas, principalmente quando o projeto, de repente, não é de interesse do povo do Paraná, nós precisamos apresentar nossas idéias, nossas propostas, e temos que debater, aqui, independente do horário. Estou realmente disposto a encaminhar e discutir todas as emendas, porque acho que é de extrema importância a aprovação aqui na Assembléia Legislativa.

Essa emenda, por exemplo, vai favorecer os trabalhadores, aquelas pessoas que utilizam esses veículos de baixa potência, sem luxo nenhum, para trabalho. Então, na verdade, vai de encontro exatamente aos discursos, aos pronunciamentos até mesmo do ante candidato ao Governo do Estado e agora Governador, Sr. Roberto Requião, que rege seus ensinamentos e seu trabalho, pelo menos segundo seus discursos, segundo a Carta de Puebla.

Acho que é muito mais importante conseguirmos a aprovação desta emenda, a emenda ao projeto de lei que modifica a Lei Orgânica do IPVA, acrescenta a alínea “c” ao inciso I do artigo 4º, com a seguinte redação: *1% para os veículos populares com potência de motor não superior a 1.000 cilindradas.*

O Deputado Rossoni foi à tribuna e disse que seria realmente muito importante que todos os Deputados de Ponta Grossa, os 4 Deputados, votassem da mesma maneira. E é por isso que eu também faço este pronunciamento pedindo o apoio do Deputado Péricles. Não para apresentar, de repente, um outdoor com os nomes dos Deputados que votaram a favor da emenda. Não por isso. Mas, sim, porque acho que é o melhor caminho a ser seguido.

Acho que o Deputado Péricles poderia nos auxiliar, já que temos aqui a aprovação por parte do Deputado Plauto e do Deputado Jocelito. E nós estamos encaminhando, desde o início desta tarde, também favoravelmente a esta emenda e contra este substitutivo que já foi, já passou. Eu acho realmente importante.

E como falei no discurso agora a pouco, se nós conseguirmos a compreensão, a mudança do voto de pelo menos um Parlamentar, isto já valoriza nosso trabalho, é uma luta. Nós já sabíamos desde o começo da Sessão, que nós poderíamos perder, porque a base do Governo é muito forte, tem grande maioria dos Deputados. Mas, eu também gostei de alguns pronunciamentos que foram feitos nesta noite, podemos dizer assim, por parte, por exemplo, do Deputado Douglas Fabrício, dizendo que nós vamos lutar até o final. Nós podemos cair. Mas vamos cair com a faca nos dentes, lutamos até o final para que estas emendas fossem aprovadas, para que as emendas que beneficiam o povo do Paraná tivesse a anuência da Casa do povo, da Casa de Leis.

E já que este substitutivo, este projeto que a meu ver é absurdo, mas já passou, agora acho que a base do Governo poderia nos auxiliar no sentido de aprovarmos estas emendas de extremo valor para o estado do Paraná.

Era isto. Mas, antes de terminar meu encaminhamento, falar sobre o trabalho valoroso das nossas taquígrafas e taquígrafos, que realmente estão trabalhando muito, passaram o dia todo. E agradecer também aos funcionários da Casa, que muitas vezes têm que acompanhar os pronunciamentos dos Parlamentares e sabem que este momento é um momento de obstrução e são cansativos. Mas, estão torcendo pela Oposição. Todos os funcionários desta Casa estão torcendo pela Oposição. Todos os funcionários desta Casa, tenho certeza absoluta, compactuam com os mesmos ideais, sem as mesmas lutas da base da Oposição aqui da Assembléia Legislativa!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Será procedida a verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Srs. Deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, não cabe a chamada nominal?

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Na votação anterior esse mesmo processo aconteceu e como passou de comum acordo, não falei nada. Agora, o assessor da Mesa, o Mário, poderia informar, porque estamos em um processo de votação, fizemos a votação. Se fizermos agora uma chamada nominal e aparecer um Deputado que não tenha participado da votação, não vai poder contar o voto dele do mesmo jeito, porque o processo de votação V. Exa. já começou.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já estamos em processo de votação e estamos fazendo a verificação de votação.

Srs. Deputados que são favoráveis, queiram levantar-se. Dezesete Srs. Deputados são favoráveis à emenda.

Srs. Deputados contrários, que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e dois Srs. Deputados rejeitam a emenda. **Esta rejeitada a emenda.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, permita-me fazer o registro, porque é um momento histórico da Oposição nesta Casa, da oposição ao Governo. Quero registrar o voto do Deputado Douglas, do Deputado Augustinho Zucchi, do Deputado Rangel, do Deputado Duílio, do meu ilustre confidente Deputado Belinati, do Deputado Elio Rusch, do Deputado Ademar Traiano, do Deputado Luiz Carlos Martins, do Deputado Edgar Bueno, do Deputado Jocelito Canto, do Deputado Ribas Carli, do Deputado Praczyk, do Deputado Durval Amaral, do Deputado Plauto Miró, da Deputada Rosane e do Deputado Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Será procedida a votação da Emenda nº 03.

Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Elio Rusch e posteriormente o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Solicito para encaminhar também, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, também gostaria de me inscrever para encaminhar.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

A exemplo da emenda anterior, que infelizmente não conseguimos convencer a maioria dos Parlamentares e perdemos, mas não por muito, pois perdemos por pouco e talvez nesta aqui, em se tratando de motos, motociclistas, talvez consigamos convencer alguns Deputados a mais. Muitas pessoas falam que defendem as motos e espero que o Deputado Mauro Moraes esteja na Casa para que ele possa estar presente na votação desta emenda, que isenta o IPVA das motos.

Espero que o Deputado Mauro Moraes, que deve estar na Casa, que ele venha ao plenário, ele como uma pessoa que defende os motociclistas no nosso estado, um amante desse esporte, também nas mais diversas áreas, que ele possa estar presente para votar, agora sim, uma emenda constitucional, uma emenda legal, uma emenda que não corre o risco de ser derrubada na Justiça caso venha a ser aprovada.

A Casa aqui já aprovou um projeto isentando as motos do pagamento de IPVA. Olha, isentar moto de pagamento de IPVA você fere um contrato firmado entre as concessionárias e o Governo. Você só pode isentar quando existe um entendimento. Agora, quando você fala em tributação, fala em taxar os carros, as motos, as caminhonetes, os caminhões, a sua frota, Deputado Romanelli, o senhor pode ter certeza que estamos do lado daquelas pessoas que efetivamente precisariam ser isentadas.

Deputada Rosane isentar o pagamento das motos de IPVA, só estaria isento quem passasse por uma praça de pedágio. Agora, isentar as motos de pagamento de IPVA você isenta todas, você usa uma rodovia com pedágio, ou uma rodovia sem pedágio, você isenta o moto-boy, ou você isenta também aquelas pessoas que usam a moto para se locomover no seu trabalho, ou até mesmo no passeio, porque quem estraga efetivamente as estradas são os veículos pesados, os veículos menos leves não desgastam o asfalto. A moto, na verdade, acho que houve uma falha, e quando falamos da isenção do IPVA da moto dá para fazer um paralelo também com o pedágio que os motoqueiros pagam quando cruzam uma praça de pedágio.

Então, quando se faz uma segunda concessão, ou quando essa concessão terminar no ano de 2023, quando se faz uma concessão já se estabelece que as motos devem ter um tratamento diferenciado do que os carros sobre eixo. Mas não estamos falando de pedágio, estamos falando de IPVA. E muitas pessoas confundem o IPVA com os carros que pagam o pedágio. Alguém um dia me disse: “Mas por quê o carro tem que pagar pedágio, já que ele paga IPVA”? Então, primeiro vamos entender, o IPVA é Imposto de Propriedade sobre Veículo Automotor. Antigamente, até a Constituição de 1988 tínhamos o TRU, Taxa Rodoviária Única. Essa taxa 100% era do Governo Federal. Além de ter a TRU, ainda instituíram aquela vez o selo pedágio. Você pagava a TRU e ainda tinha que pagar aquele selo. Se você não pagasse não podia andar, e se você andasse, era multado. Aí houve uma reforma tributária e se instituiu o IPVA, e com o IPVA, 50% da receita é do estado, 50% da receita é do município. Agora, aonde está a maior receita no IPVA? Está exatamente nos carros de maior valor, Deputado Reni Pereira, V. Exa. que é um especialista na área tributária, e por isso mesmo é Presidente da comissão aqui da Casa que acompanha a reforma tributária em todos os sentidos.

Quando as pessoas nos tacham que somos contra os pobres, como assim contra os pobres? Vamos fazer justiça! Paga imposto quem pode pagar. O IPVA, paga-se sobre o valor do carro. Quanto maior o valor do carro, maior o valor do IPVA.

Agora, a moto é um veículo pequeno. Não tem impacto nenhum na receita do estado e nem na receita dos municípios. É diferente do carro. Tem carros de vários valores.

Então, 2,5% sobre um carro no valor de R\$ 100 mil, você tem um IPVA de R\$ 2 mil e 500. Para se arrecadar R\$ 2 mil e 500 de IPVA nas motos, precisa ter algumas motos.

Como seria bacana a imprensa noticiar que a Assembléia Legislativa isentou o pagamento de IPVA das motos até 125 cilindradas. E a grande maioria que usa a moto para trabalhar, usa moto pequena.

A Assembléia Legislativa estaria dando uma grande contribuição para o estado e não traria impacto econômico-financeiro para o nosso estado.

Por essa razão que a Bancada da Oposição apresenta a emenda que, no artigo 14 da Lei do IPVA que já tem os veículos que são isentados, acrescentamos mais uma classificação no inciso XI.

(Lê o inciso XI)

Essa é a nossa proposta. E o Paraná seria um grande exemplo para o nosso país.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há sobre a mesa o Requerimento nº 3738, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a prorrogação da presente Sessão Extraordinária pelo período da duas horas. **Aprovado.**

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dra. Lídia, por favor ligue para o gabinete do Deputado Mauro Moraes. Tenho medo que, desavisadamente ele perca a votação das motos. Tenho essa preocupação com o Deputado Mauro Moraes, porque sabemos do grande interesse público que ele tem em atender essa categoria da nossa cidade.

Ele entrou com um projeto, não mais importante e nem menos importante, isentando as motos do pedágio.

Seria bom avisarmos o Deputado Mauro Moraes, porque ele, por várias vezes, manifestou o desejo de votar favorável a esta causa.

E, de repente, desavisadamente, ele tenha sido acometido por um mal súbito. Peço socorro dos médicos, dos companheiros e da minha assessoria, que liguem para o gabinete do Deputado Mauro Moraes, para que amanhã, por um lapso ou por uma falta de lembrança, ele não seja avisado que estamos aqui em processo de votação de uma emenda importantíssima. Faço isso com todo o respeito, pela grande atuação desse Parlamentar, que hoje teve um debate na CCJ com o Deputado Caíto. Debater com o Deputado Caíto questões constitucionais é extremamente difícil, porque o Deputado Caíto tem experiência e uma grande história nesta Casa. Ele fez um debate de alto nível com o Deputado Caíto, hoje. Ele quase me convenceu da sua vontade de votar, hoje, o seu projeto. Eu estava do seu lado votando com o Deputado Mauro Moraes.

Por isso, o meu apelo dramático. Socorro a todos os Parlamentares com o telefone na mão, que por falta de aviso ele não deixe de votar. Sr. Presidente, é importante lembrar que no dia do recuo - vamos fixar o dia - a primeira vez em que o homem deu um passo para trás, o dia em que ele retirou o tarifaço desta Casa, não tendo outra justificativa, atacou a Oposição e os independentes, dizendo que estávamos na defesa dos ricos. Agora, em um mal súbito, estamos na defesa dos trabalhadores, até aconselhados pelo Governador. Por esta razão, não vejo nenhum motivo para que um Parlamentar do Governo tenha que sair daqui do plenário, porque o seu voto virá de encontro à determinação e a vontade do Governador Requião.

O Governador, lá no Palácio Iguaçu, torce para que os Deputados tenham coragem. Certamente, ele torce para que os Deputados lhes dêem a oportunidade de sancionar esta nossa emenda, que pode ser traduzida, Deputado Welter, na vontade da Assembléia Legislativa, no calar da noite, às 21h35. De repente, para quem defende a classe popular deste país, que se intitula o dono, por que não votar agora, Deputado Welter? Deputado Welter, reúna o PT. Em uma reunião rápida vocês estariam com a titularidade dessa emenda. Abrimos mão da titularidade, desta luta e concedemos ao PT a titularidade. Amanhã declaramos ao Paraná: graças ao PT conseguimos isentar as motos de 125 cilindradas.

Por esta razão estou fazendo um apelo. Não um apelo diferente do encaminhamento das outras emendas. Compreendo, vi o depoimento de determinados Parlamentares: “Não. Carro popular não pode ser isento. Não pode ser diminuído o IPVA de carro popular, porque se pode comprar carro, pode pagar.” Até compreendi. Quando estamos falando de motos de 125 cilindradas é instrumento de trabalho. É a enxada do agricultor. Aquele motoqueiro que está agora andando talvez na chuva - não sei se está chovendo ou não - para levar a pizza na casa do ricoço, estaríamos dizendo para ele: “Muito obrigado pelo seu esforço. A Assembléia Legislativa, os Deputados do Paraná estão dizendo para você, muito obrigado. Estamos votando com você.” Ele lá da sua moto, sem saber que o que está acontecendo, aqui, atingirá a sua vida.

Talvez este meu clamor, sem muita consistência, até pelo cansaço, mova o coração do Mauro Moraes ou o traga para plenário. Aquele mesmo sentimento que o fez entrar com a isenção do pedágio.

Por esta razão estou aqui pedindo aos Srs. Parlamentares: vamos votar, aqui, a penúltima emenda. Teremos alguns minutos, mas esta é fundamental. A 4ª emenda é importante, mas não é fundamental. O que a 4ª emenda dá? Houve um lapso do Governo, que trouxe uma tabela dos veículos, mas não disse qual é a tabela, que amanhã pode ser mudada ao bel-prazer do Secretário da Fazenda ou de alguém do Governo. Estamos colocando na 4ª emenda a tabela FIP. Daremos encaminhamento. Esta não, esta estaríamos mexendo com aquele cidadão, estaríamos dando atenção àquele cidadão que agora, cansado, chegou em casa, deu um abraço na esposa, no filho, está tomando banho e a sua moto que não é de inox está enferrujada de tanta cerração, poderíamos dar a oportunidade para que ele pudesse agora, neste final de ano, pintar a sua moto, pintar a sua ferramenta de trabalho.

Deputado Welter, pintar a enxada do sem-terra, pintar a enxada dos pequenos agricultores, a moto é a enxada do pequeno agricultor, a moto é o instrumento de trabalho do sem-terra. Vejo seu sorriso. Sei que é difícil discordar do chefe de plantão do Palácio Iguaçu. Às vezes o temor não deixa. Mas o ato de coragem agora seria decisivo, marcaríamos esse dia com chave de ouro: o PT, corajoso, enfrenta o Governador Requião e dá isenção à ferramenta de trabalho.

Deputado Jocelito, aquele trabalhador que está a noite atendendo milhares e milhares de pessoas que na sua casa, junto com a sua família, está recebendo a refeição na sua casa, lembre desse motoqueiro, lembre desse instrumento de trabalho.

Ora, tenho certeza, tenho um compromisso com meus companheiros de Oposição, encaminhar por 10 minutos todas as emendas e o farei. Encerro o ano hoje, para mim o orçamento já está resolvido, para mim o orçamento hoje não tem mais importância. A importância para mim não é o orçamento, é o orçamento daquele trabalhador que amanhã poderia fazer uma reunião, e eu o farei, porque aqueles que desapareceram do plenário para votar a isenção das motos de 125 cilindradas, os sindicatos de Curitiba e do Paraná vão receber quem foram os Deputados que votaram favoráveis ou contra. E o ano que vem tem eleição e eles colocarão um adesivo no seu veículo e no seu instrumento de trabalho. Certamente observando o que vamos fazer dentro de alguns minutos. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos mandar uma mensagem aos motociclistas, aqueles que apresentam projetos aqui nesta Casa para defender os motociclistas. Agora é hora de estar aqui, porque é agora que os motociclistas precisam do voto. Na justificativa da subemenda aditiva ao substitutivo geral da CCJ ao Projeto de Lei nº 811/07, que faço questão de ler, está dizendo o seguinte: Artigo 1º, o inciso XI do artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 14, são isentos do IPVA os veículos automotores classificados quanto a espécie como motocicletas e cujos motores não excedam a 125 cilindradas. Essa é a subemenda. Agora vem a justificativa: Para efeito de realizar justiça social, necessário isentar do pagamento do IPVA os veículos de 2 rodas e de baixa potência, que via de regra são utilizados em sua quase totalidade por estudantes.

Vamos falar dos estudantes. Os estudantes são aquelas pessoas que não têm salário, não estão trabalhando, estão estudando e que precisam muito do estudo, que às vezes, é o pai e a mãe que pagam. Porque o estudante, muitos não estão na universidade pública, muitos estão estudando em faculdade particular. E muitos se utilizam de motocicletas para se locomoverem. Então, se votarmos a favor desta emenda, estamos votando a favor dos estudantes. E por profissionais do mercado informal de trabalho. Mercado informal é aquele que hoje atinge milhares de pessoas no país. Mas vamos falar do Paraná. São milhares de motociclistas que trabalham no dia-a-dia, como disse o Deputado Valdir Rossoni aqui, aquele entregador de pizza que neste momento está enfrentando todo risco do trânsito para entregar uma pizza e conseguir

ganhar o seu salário no final do mês. Muitas vezes esses são do mercado informal de trabalho. Poderíamos citar, aqui, os moto-boys, que não tem uma profissão regulamentada neste país e que sobrevivem do trabalho árduo no dia-a-dia da motocicleta. Estamos apresentando, aqui, uma emenda.

E como disse o Deputado Valdir Rossoni, não precisa dizer que a emenda é da Oposição. A emenda poderia ser da Situação, poderia ser do povo do PT, que fala muito dos trabalhadores, que discursa bonito na hora de falar dos trabalhadores. Agora, precisamos saber se o povo do PT é do povo dos trabalhadores, se vão votar a favor desta emenda. Os moto-boys utilizam as motos como instrumento de trabalho. Vamos mandar um recado e um pedido ao Governador Roberto Requião, estamos num estado que se diz seguidor da Carta de Puebla. Carta de Puebla Deputado Jocelito, é a carta para os pobres, daqueles que querem governar para os pobres.

Se querem votar para os pobres devem sim isentar as motocicletas 125 cilindradas para beneficiar os pobres. Prestem atenção, Srs. Deputados, quem usa motocicleta 125 cilindradas é a população mais humilde, é a população mais pobre. Se isentarmos isso estamos beneficiando os mais pobres. É insustentável tributar uma ferramenta de trabalho, onerar um bem que na verdade seria o correspondente aos bens do ativo com relação ao ICMS. Assim como aqueles são bens propiciadores e geradores de riqueza para a economia do estado, assim também o são as motocicletas de baixa potência.

Além do mais, o IPVA é um tributo que incide sobre o patrimônio, tanto dos afortunados, quanto daqueles cujo único patrimônio muitas vezes é o veículo utilizado para o exercício do seu ofício. Srs. Deputados, estamos chegando no round final, começamos essa discussão do IPVA. Estamos trabalhando para defender o interesse da população. Começamos discutindo o lançamento de R\$ 900 milhões, aproximadamente a arrecadação do Governo do Estado com o imposto do IPVA. Esta arrecadação vai para os municípios, uma parte desta arrecadação vai para os municípios e a outra parte fica para o Governo. O Governo tentou aumentar o imposto, aqui, nesta Casa. Nós, bravamente, vários Deputados defendendo a população, conseguiram que o tarifaço fosse esquecido. Aí viemos com as emendas, a subemenda, votamos contra, porque a subemenda que reduz o desconto, ela tiraria do bolso dos paranaenses em torno de R\$ 30 milhões. E iria para o bolso do Governante, do patrimônio público.

Bom, não conseguimos, perdemos na votação. É a democracia, temos que respeitar. Vieram outras emendas. Aqueles 30 milhões ficou para o Governo. Aí fomos tentar salvar um pouco do que já estava perdido. É como se tivesse uma casa pegando fogo. A casa está pegando fogo, mas fomos tentar tirar o guarda-roupa, o sofá e mais alguns móveis, na primeira emenda, que foi aquela para isentar os veículos de 1.000 cilindradas. Não conseguimos. Esta emenda está tentando salvar apenas o carrinho do bebê.

E para isso precisamos da ajuda dos Deputados da Situação. É só o carrinho do bebê para beneficiar aqueles que realmente mais precisam. Um bebê precisa muito, não precisa? Esse emenda, fazendo uma metáfora, estamos querendo salvar o carrinho do bebê. Por que quando começamos a votar o projeto, falávamos em R\$ 30 milhões, que era o valor que o Governo iria arrecadar a mais.

Perdemos o projeto, perdemos as várias emendas e estamos perdendo essa, que é agora o carrinho do bebê. É uma emenda mínima para o Governo, porém muito importante para as pessoas que trabalham no dia-a-dia com motocicletas. Para finalizar quero pedir, reforçar, o Deputado Mauro Moraes me pediu o voto lá na CCJ. Ele falou o seguinte: “Deputado, me ajude nesse projeto que está isentando as motocicletas.” Falei: claro. E votei a favor. Agora o Deputado Mauro Moraes não está aqui. Gostaria de pedir, encarecidamente, se ele estiver em seu gabinete, volte Mauro Moraes, para nos ajudar a beneficiar o povo mais humilde e mais pobre que mais precisa da votação dos Deputados neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Minha postura nesta Casa tem sido - não sou da Oposição e não sou do Governo - tenho votado como acho que devo votar, muitas vezes voto com o Governo, muitas vezes voto contra, depende do projeto. Sinto um momento muito feliz da minha vida como Deputado, daqui a 3 Sessões, para orgulho de todos nós, este Parlamento vai comemorar junto comigo 100% de presença neste ano que estamos encerrando. Terça-feira, estou contando nos dedos aqui, graças a Deus que tive saúde, não me envolvi em nenhum acidente nessas idas e vindas de chuva e sol todos os dias de Ponta Grossa, completamos 100% em todas as Sessões, 100% de trabalho. Acho que o mínimo que o Deputado pode fazer é estar presente nos momentos mais importantes do Parlamento deste estado. O melhor Deputado não é aquele que apresenta os melhores projetos, não. O melhor Deputado é aquele que participa, discute, vota contra, vota a favor, mas está presente.

Lamento profundamente que neste momento o Deputado Mauro Moraes tomou Doril, sumiu aqui do plenário no momento em que o povo mais precisava dele. Acho que o Deputado que propõe um projeto e não vota o seu projeto depois aqui, não merece estar nesta Casa. Deputado que faz um projeto e não vem defender o seu projeto, os seus ideais, porque o homem que não defende os seus ideais não é homem, para mim. Esse é o princípio de vida.

Outro dia eu estava voltando para Ponta Grossa, depois de uma Sessão, chovia muito. Tivemos que parar próximo a São Luiz do Purunã. E atrasou uma meia hora. Nisso tocou o telefone e era da minha casa, a minha filha pedindo que mandasse à minha casa um remédio que o meu filho de 7 anos que estava com muita febre. Precisava uns 2 ou 3 medicamentos. Não pensei duas vezes. Lembrei que no rádio faço propaganda todos os dias de uma farmácia e aquela farmácia entrega os medicamentos em casa. Peguei o telefone, liguei, em pouco tempo os remédios estavam lá, tudo estava resolvido e o meu Joãozinho, no dia seguinte, estava curado. Graças ao motoqueiro. Aquele motoqueirinho das 125 cilindradas.

Mas, no dia seguinte, quando termina o programa de rádio, forma-se uma fila de pessoas que querem conversar comigo. E lá na fila estava um jovem me esperando, motoqueiro, queria falar comigo. E foi logo me dizendo: “Deputado, fui levar o remédio na sua casa ontem à noite. O senhor me conhece das ruas. E na volta, na entrada do bairro estavam fazendo uma blitz da Polícia Militar. E eu vim aqui lhe pedir ajuda, sou seu eleitor. Aí, Sr. Deputado, me prenderam a moto porque eu não tinha pago o IPVA. Tive algumas dificuldades e não pude pagar. A minha moto está presa, não tenho dinheiro e tenho a minha família, meus 3 filhos para sustentar”. E aí, Srs. Deputados, o que eu podia fazer para ajudar aquele motoqueiro? Primeiro, ele tem que pagar o IPVA para recuperar a moto. Vai pagar depois a estadia na Polícia para retirar a moto. Mas, comovido com a situação daquele jovem, não perdi tempo. Imediatamente ajudei a resolver o seu problema.

Se já conseguimos colocar um garoto aqui em Curitiba que ia morrer por falta de UTI, não seria por causa de uma taxa de IPVA que não colocaríamos um cidadão a voltar a trabalhar.

E é por isso, Deputado Péricles que vou votar com os motoqueiros. Se o Governador Requião estivesse aqui nesta tribuna, como velho Requião de guerra, não tenho dúvidas que ele faria o mesmo discurso que estou fazendo neste momento. E mais, motoqueiro é geração de emprego. Este país precisa gerar empregos. Este emprego do motoqueiro simples, que trabalha com chuva, com sol, à noite, andando entre os carros, caindo, levantando, isso é renda familiar. Deputado Welter, V. Exa., tenho certeza que lá na nossa Toledo também existe um motoqueiro em busca de um trabalhinho.

Por isso, peço a este Parlamento, aos companheiros, que não se esqueçam que em períodos de eleição muitos lembram dos motoqueiros. Não é raro se ver lá na caixinha do motoqueiro o número do Deputado. Eles não são descartáveis não. Precisamos votar por eles agora. Isso não vai doer no bolso do Governo.

Srs. Deputados, chegou a hora. Vamos isentar esses meninos e meninas que trabalham, essas mães, conheço uma mãe que é motoqueira, o marido já morreu e ela toca a sua vida com seus filhos, com a motinha.

Vamos gerar emprego. Já tem a Luz Fraterna que não cobra a luz. Esse é mais importante porque gera emprego. Vamos encher de orgulho os nossos motoqueiros amanhã dizendo: A Assembléia taxou sim os ricos, mas protegeu os mais humildes. A Assembléia cumpriu com o que pediu o Governador.

Deputado Júnior, V. Exa. que é um jovem rebelde no PMDB, a hora é agora de mostrar a sua rebeldia em favor do povo. Senhores, os motoqueiros nos pedem ajuda, a hora é agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos encaminhando a votação. Último orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, para não perder o momento de pedir verificação de quórum, antes de ser colocado em votação eu queria verificação de quórum para que fosse anotada a presença dos Deputados que estão trabalhando até às 22h00.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Aqui o som é bom. Escolhi esta tribuna porque é desta tribuna que os pronunciamentos mais inflamados contra a elite foram feitos. O Deputado Waldyr Pugliesi muitas e muitas vezes subiu a esta tribuna e falou: “Vamos lutar contra a elite. Vamos votar a favor do povo, dos trabalhadores”. Por falar nisso, o PT também levantou a voz contra as elites.

Portanto, hoje, faço da mesma forma. Hoje estou defendendo os trabalhadores que se utilizam das motocicletas de até 125 cilindradas. Quem compra uma moto de 125 cilindradas não é para passear no final de semana, no domingo, com sua namorada. Até pode, mas normalmente, é para trabalhar, é para trabalhar todo dia da semana. Não é como a moto de alguns Deputados. Tem alguns Deputados que tem motos 125, 250, vocês me perdoem, mas é que colocaram aqui um recado de que o Líder, é verdade, a moto 1.000 cilindradas?

Então, não. Não seria beneficiado pela emenda, porque esta emenda irá beneficiar o trabalhador. E mais, por incrível que possa parecer, e o próximo Deputado que vai ocupar o meu lugar aqui na tribuna irá trazer uma frase que o Sr. Governador Roberto Requião pronunciou há simplesmente 15 dias atrás, na “escolinha” do Governo. Sabem o que o Governador falou? Está aqui: “motocicleta de até 125 cilindradas é instrumento de trabalho.” É o moto boy, é o pedreiro que compra uma máquina para não ter que pagar o transporte.

Então, a nossa intenção é zerar o IPVA de veículos de duas rodas até 125 cilindradas. Sabem quem falou isto? O Governador Roberto Requião. O Deputado Reni Pereira, inclusive, falou o seguinte: “Olha, desta vez eu

vou votar com o Governo, vou votar com o Governo.” Eu falei: “Deputado Reni, mas o senhor vai votar, então, contra a emenda? Não, vou votar com o Governo, vou votar a favor da emenda, porque se o Governador falou que quer isentar o IPVA das motos até 125 cilindradas, acho que até mesmo os Parlamentares da base governista vão votar a favor.” Ou será que é apenas um discurso de “escolinha”? Acho que não. Tenho certeza absoluta, Deputados, Deputado Péricles, inclusive que está nos acompanhando neste momento no nosso pronunciamento, neste momento os trabalhadores que se utilizam das motocicletas de até 125 cilindradas, eles podem até não estar acompanhando a nossa votação, a nossa luta para manter esta emenda, mas amanhã vão ficar sabendo, amanhã os motoqueiros, como alguns aqui já citaram, alguns falaram, esses trabalhadores irão festejar. Esses rapazes, motoboys, funcionários de empresas de transporte, enfim, estas pessoas amanhã estarão comemorando a vitória da Assembléia Legislativa do Paraná em aprovar uma emenda que isenta o IPVA. Ou, pelo contrário, esses mesmos trabalhadores poderão ficar indignados ao saber que o discurso do Governo do Estado do Paraná é só para audiência, para assistir, acompanhar a TV Educativa, mas que na prática não se realiza, na prática não funciona.

Deputado Waldyr Pugliesi, o Governador quer acabar com o IPVA das motos, ele falou. Então, seria uma incoerência a base governista derrubar esta emenda. E acredito que se os motoqueiros, se os trabalhadores estivessem ocupando essas galerias neste momento, estariam cantando: “Mauro Moraes, cadê você? Eu vim aqui só para te ver.” O Mauro falou para nós que estaria apoiando integralmente o projeto e nós ficamos extremamente felizes. Acho que aconteceu alguma coisa muito grave, um imprevisto, isto pode acontecer. Mas ainda solicitamos, pedimos para que o Deputado possa, ainda dá tempo de encaminhar favoravelmente e até mesmo votar um projeto de extrema importância para os trabalhadores do estado do Paraná.

Pois bem, Sras. e Srs. Deputados, mesmo em processo de obstrução acredito que este pronunciamento é importantíssimo porque vai ficar registrado na história. E amanhã, amanhã, Deputado Péricles, terei orgulho de dizer que todos os Deputados de Ponta Grossa ficaram até altas horas da noite até às 23h00 e o senhor votou a favor dos motociclistas.

Amanhã, no meu programa, vou falar e também vou falar o nome de cada Deputado que apoiou a causa dos trabalhadores! Deputado Belinati, o senhor amanhã, seu nome estará no meu programa e tenho certeza absoluta, nós vamos receber centenas e centenas de ligações dizendo: “Parabéns Deputado Belinati, parabéns Deputado Durval Amaral, parabéns Deputado Rossoni, parabéns Deputado Rangel - tomara Deputado Péricles - porque defenderam até o último minuto a nossa causa, uma causa nobre!”

Srs. Deputados, tenho ainda mais um minuto e trinta segundos e espero que esse tempo seja sublime, seja extremamente importante para tocar, lá no fundo, a consciência dos nobres Deputados que ainda pensam em votar contrariamente até mesmo à proposta do Governo do Estado do Paraná! Na “escolinha” foi falado que as motos teriam que ser isentas e nós estamos hoje pleiteando, é claro que é um pleito da Bancada de Oposição, mas a idéia veio inclusive da TV Educativa.

Então, portanto, acho que poderemos vencer essa batalha, essa luta que se estende por várias e várias horas aqui no plenário!

É por isso que peço, encarecidamente, vamos votar pelos trabalhadores do estado do Paraná que utilizam a moto 125 cilindradas como instrumento de trabalho.

Era isso.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É verdade que estamos aqui e mais tempo poderemos ficar porque a discussão é importante e aprimora as idéias. O objetivo nosso é fazer uma lei que atenda aos interesses do povo do Paraná.

Sr. Presidente, sei que um governante gostaria de não cobrar impostos, um governante como o Governador Requião, que tem na sensibilidade a sua característica de Governo, que governa para os pobres, para os trabalhadores e trabalhadoras do Paraná, que faz políticas sociais com programas do leite, da água da luz. Um Governo que concede aumento aos funcionários públicos, aos professores, que investe na educação, na saúde, um Governo que tem seriedade na coisa pública, um Governo que não vende o patrimônio público, mas que recupera o pavimento asfáltico do Paraná. Um Governo como o Governo Requião que tem a Irrigação da Madrugada e agora estendeu os benefícios da Irrigação da Madrugadas aos produtores de aves e suínos.

Esse Governo queria isentar a moto 125, queria isentar os carros de 1.000 cilindradas. Gostaria de tomar todas as providências para melhorar a vida das pessoas mais simples e mais sofridas.

Todavia, tem que ter a responsabilidade de governar. Tem que ter a seriedade para governar. Que o Governo possa aplicar na educação, na saúde, na geração de emprego, infra-estrutura. O Governo precisa de recursos. Não pode abrir mão de recursos. Mas o Requião não antecipou o IPVA, o Requião não aumentou o IPVA, como a nossa gloriosa Oposição que ficou aqui a tarde toda, a noite toda tentando fazer acreditar à máxima que houve aumento do IPVA. Absolutamente! O que esse Governo está fazendo é dar um desconto menor do que em anos anteriores, sem 1 centavo sequer de acréscimo do IPVA. Não há aumento de imposto. Não há aumento de tributos. Esse Governo é um Governo que estabelece uma política social justa, favorecendo os mais pobres e os mais sofridos.

Por isso, Sr. Presidente, subo a esta tribuna para fazer a defesa do projeto do Governo, para dizer que esse projeto do IPVA não é demagógico, atende os interesses do povo do Paraná. E amanhã vou sair na rua, vou cumprimentar os trabalhadores, os motoristas e os motoqueiros de cabeça erguida, porque fizemos uma lei justa que completa os interesse do povo do nosso estado.

Não tenho absolutamente nenhum problema de poder atender, olhar no olhos do povo do Paraná. Esse projeto que estamos aprovando, ele atende plenamente os interesses do povo do nosso estado.

Era isso, Sr. Presidente, obrigado da atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Pedi chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quórum. É um direito regimental deste Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não queria ser grosseiro em hipótese alguma, mas é uma prerrogativa minha aceitar ou não a chamada nominal. Porque nós sabemos que há quórum, mas às 22h20, as pessoas estão cansadas, esgotadas, algumas pessoas até a exaustão. Eu indefiro o pedido, baseado no artigo nº 129, parágrafo 12.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero dizer a V. Exa., se me permitir, também não quero ser grosseiro com V. Exa. e dizer que discordo frontalmente de V. Exa. porque agora, ao longo dessa história, e ninguém levou mais na trombada do que o Deputado Anibal Khury. Sempre o direito regimental foi respeitado. Não é regimental. Posso ter como Líder um Deputado na votação, de repente, o Deputado Mauro Moraes, que com o chamamento da verificação de quórum, de repente, aparece como raio de luz o Deputado Mauro Moraes. Gostaria, Deputado Nelson Justus, gostaria que o senhor mantivesse a elegância e permitisse a verificação de quórum, porque nos permitiria ver quem está presente no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Valdir Rossoni, o Deputado em questão, em que pese não seja autor da emenda, não é autor da emenda, mas não vai aparecer como um raio de luz. Então, vamos à votação.

O SE. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Requeiro votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nós estamos, Deputado Valdir Rossoni, num processo de votação. Vamos votar e posteriormente faz-se a declaração de voto de cada um.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) **(Pela Ordem)**

Já que V. Exa, não atendeu ao pedido do Deputado Valdir Rossoni, de chamada, gostaria de chamar um membro do bloco, que não está presente, o Deputado Chico Noroeste. Se estiver no gabinete, compareça para votação, porque o bloco fechou questão. Acho que todos aqueles Deputados que fecharam questão e assinaram aquele painel contra o aumento, seria uma incoerência...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Reni Pereira, isto não está incluído na votação. Os Deputados favoráveis à emenda, permanecem como estão.

Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai-se proceder a verificação de votação. Os Deputados favoráveis à emenda, queiram levantar-se. Dezoito Srs. Deputados favoráveis à emenda. Os Deputados contrários à emenda, queiram levantar-se. Vinte Srs. Deputados rejeitam a emenda. Está **Rejeitada a emenda.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Pela Ordem)**

Queria registrar os Deputados que votaram favoráveis à emenda, portanto, favoráveis aos motocicletas do Paraná, que dependem da sua moto para o trabalho: Deputados Valdir Rossoni, Elio Rusch, Edgar Bueno, Antonio Belinati, Douglas Fabrício, Luis Carlos Martins, Plauto Miró, Durval Amaral, Ademar Traiano, Marcelo Rangel, Duflío Genari, Ribas Carli Filho, Jocelito Canto, Pastor Edson Praczyk, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Dr. Batista e Augustinho Zucchi, que está aqui fazendo o registro.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Quero registrar, em nome da Situação, o estado de grandeza, de alma e de espírito deste gigante que é o Deputado Mamede. Com sacrifício, deu o exemplo da resistência, do amor à causa do nosso Governo.

Parabéns, Deputado Mamede!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai-se proceder a votação da 4ª emenda. Na relação que tenho aqui, o primeiro orador inscrito é o Deputado Artagão Mattos Leão. Segundo é o Deputado Pedro Ivo, Caíto e Anibelli a favor. Contra, Welter, Alexandre, Nereu e Kielse. São 10 Deputados inscritos, sendo 5 a favor e 5 contra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Não é justo. V. Exa. falou antes, Presidente, evocou o bom senso dos Parlamentares e também acredito que o senhor não aceita brincadeira da Base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito é o Deputado Artagão, depois o Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, sou a favor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero dizer que sou a favor da emenda.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Gostaria de saber quando é que V. Exa. anunciou em votação, porque a partir do momento em que V. Exa. anuncia a votação é que se faz a inscrição e ninguém se inscreveu quando V. Exa. anunciou a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perdoe-me, mas o único Deputado inscrito da Oposição é o Deputado Valdir Rossoni, que tem 10 minutos. Tem a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

E também solicito a minha inscrição, porque não foi aberto para inscrição.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, a regra do Regimento é clara e nós respeitamos a regra do Regimento. Agüentamos aqui 4 horas de desaforos - retiro o desaforo se for ofender alguém - mas a regra é essa e nós claramente nos inscrevemos, de acordo com o Regimento. Queremos que a Mesa respeite.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, por 10 minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deus proteja os leitores do Paraná, porque ontem o Deputado Romanelli teve um grande feito que quero registrar, que foi o lançamento do seu livro. E quando vejo uma batalha e um debate como este de coisas interessantes, de assuntos interessantes para este estado, encarar isso como desaforo me faz crer que teremos que escrever mais algumas páginas desse livro.

Sr. Presidente, alguém pode achar até demais o encaminhamento, porque todos são favoráveis - pelo menos é o que sentimos a esta emenda - mas esta é uma emenda de preocupação da Oposição quanto a essa questão do IPVA. Existe, sim, uma tabela no projeto de lei, mas uma tabela que não diz o que é fixado. De onde surgiu essa tabela?

Então, estamos fixando que essa tabela seja vinculada à Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas, a FIPE. E por que razão, Deputado Edgar? O cuidado. V. Exa. não estará submetido ao bel-prazer do Governo estabelecer, conforme o fluxo de caixa, uma tabela do preço do seu veículo. Quando V. Exa. for pagar o seu IPVA, V. Exa. acessa a tabela FIPE e terá o valor do seu veículo.

Essa é a razão do nosso encaminhamento. O que me assusta e que espero que agora possamos contar com alguns votos que não contamos nas outras emendas. Diga-se de passagem, Deputado Belinati, que acredito que essa luta valeu a pena sabem por quê? Porque tiveram que embretar gente dentro da salinha, porque senão tínhamos ganho a votação das motos. Estávamos em alguns momentos ganhando a votação das motos e o que faltou, na verdade, pela vontade teríamos vencido, mas não ganhamos pela falta de coragem; pela vontade íntima do coração, com o coração bom das pessoas ainda estávamos ganhando a votação. Muitas pessoas disseram: "Ah, mas ficou muito longa a Sessão". Não, fez com que muitos Deputados refletissem sobre a questão da moto.

Vocês não tenham dúvidas que está marcada a data da isenção das motos, está marcada a data, o ano que vem, no mês de dezembro, está marcada porque quem quase não agüentou aqui o encaminhamento nosso, o encaminhamento dos Parlamentares que eram favoráveis, não sei resistir à imagem do cidadão paranaense. Aqueles que fugiram do plenário, não poderão fugir mais porque a sua imagem ficará gravada. E por isso a televisão será importante para a democracia, porque o medo hoje terá 2 medos, não será 1 medo só. Um: será o medo do Governador que faz com que alguns voltassem para o plenário; outro será o medo do olhar vigilante da população. Muitas pessoas de Campo Mourão, Deputado Douglas Fabrício, estarão sintonizando no canal 16 este embate que estamos travando aqui por esta causa, que mesmo vencidos nos contamos como vitoriosos, porque a página dessa história nós vencemos.

A grande batalha nós vencemos, não nós, quando digo nós eu digo povo do Paraná. Salvamos o povo do Paraná do tarifaço, 27% no IPVA, 230% na primeira carteira de motorista, e quem faz a primeira carteira de motorista é quem está entrando no mercado de trabalho, é o jovem. E nós tiramos esse tarifaço, tiramos a mão do bolso do Governo ora de plantão. Saio daqui hoje com o meu dever cumprido. Quero cumprimentar aqui os Parlamentares de Oposição, porque estou vendo aqui que esta emenda todos são favoráveis, cumprimento os Deputados de Oposição, os Deputados do Bloco Independente, e

cumprimento os Deputados do Governo, porque ser Governo é isto, é ter um posicionamento e não precisar fugir do seu posicionamento.

Ninguém vai ser admirado mais do que os Deputados do Governo. Respeito a todos porque não fugiram do plenário, tinham uma posição, tem a responsabilidade de estar governando, tem a posição de votar favorável, e mantiveram a sua posição. O que não posso respeitar são aqueles que num passe de mágica desapareceram do plenário. Aí eu fico me perguntando: o que será o exemplo de um Parlamentar que não tem o posicionamento firme de saber se deve ou não ficar no plenário, não tem a convicção se deve ou não votar.

Por essa razão, encerro aqui a minha participação, Deputado Alexandre Curi. V. Exa. é um grande guerreiro, certamente o Governador teria que aqui, agora, lhe telefonar e render homenagens. E reconheço o seu trabalho, por isso lhe admiro, admiro sua jovialidade, admiro sua luta, lhe admiro pela forma como articula e lhe admiro mais ainda pelo respeito com que V. Exa. trata a Oposição. Certamente V. Exa. vai continuar nessa carreira brilhante, sempre vai merecer o nosso respeito, como merecem aqui todos os Parlamentares, Deputado Romanelli, Deputados do Governo que tiveram posicionamento. Mas, os meus amigos que serraram fileiras nessa luta levem para casa a vitória dos 27%, levem para casa a vitória dos 230%, dos 12 mil paranaenses por mês que vão ao DETRAN fazer a sua primeira carteira de motorista. Esta foi uma vitória, porque fazer o Governador recuar é uma coisa inédita na história do Paraná, e fará parte de alguma página de algum livro tão sábio quanto o Deputado Romanelli que irá um dia lembrar dessa Oposição guerreira e lutadora, que fez com que o Governador ouvisse o clamor da população paranaense.

Muito obrigado, boa noite a todos, bom descanso, levem um abraço às famílias dos senhores que merecem o meu respeito.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Antes da votação quero requerer à Mesa cópia autenticada do parecer do Deputado Nereu Moura e todas as emendas do projeto. Para amanhã pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa consulta os Srs. Deputados se há dispensa de encaminhamento de votação.

Encerrada a discussão. Está em votação a Emenda nº 04. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que institui, no âmbito do estado do Paraná, o programa: Uma Criança, Uma Árvore. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 07/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 329/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

No projeto em análise, que prevê a implantação do Programa Uma Criança, Uma Árvore, foi encaminhada diligência à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, no objetivo de instruir esta comissão na conclusão do seu parecer, o que foi prontamente respondido, nos termos do Ofício nº 270/2007-SEMA/GS.

Fundamentação

É de se ressaltar que, inobstante tratar o projeto de matéria relacionada à implantação de programa, os impedimentos legais que comprometem o prosseguimento do projeto encontram-se sanados diante da manifestação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, a qual não oferece oposição à implementação do projeto, ao contrário, considera a matéria de grande relevância para as políticas públicas executadas por aquela Secretaria.

Conclusão

Diante disso, o parecer desta Comissão é favorável ao prosseguimento da proposição em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 329/07

P A R E C E R :

Trata-se de parecer sobre o Projeto de Lei nº 329/07, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, visando instituir no âmbito do estado do Paraná, o programa Uma Criança, Uma Árvore.

O projeto de lei está estruturado em 4 artigos, expostos da seguinte forma: o artigo 1º trata da instituição do programa Uma Criança, Uma Árvore, no Estado do Paraná. O art. 2º estabelece que será entregue aos pais de crianças recém-nascidas, em maternidades, hospitais da rede estadual de saúde ou entidades conveniadas, uma árvore a ser plantada a fim de colaborar com o meio ambiente. O artigo 3º autoriza o Governo do Estado a disponibilizar as mudas para atender ao programa. O artigo 4º trata do início da vigência da lei.

A Comissão do Meio Ambiente avalia que o projeto de lei é legítimo e se corretamente implantado auxiliará a preservação do meio ambiente, cumprindo o mandamento do artigo 207 da Constituição do Estado do Paraná:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem do uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

Não se pode olvidar, ainda, que o projeto criará no interior dos núcleos familiares a consciência pública para preservação do meio ambiente.

Entretanto, analisando o artigo 3º do projeto, constata-se que a responsabilidade pela disponibilização das mudas de árvores será do Governo do Estado do Paraná, significando que os custos com a coleta de sementes, produção da muda, transporte, logística e demais atos necessários para viabilizar o programa, também o serão.

Considerando que o custo de uma muda de árvore gira entorno de R\$ 10,00, que o número de crianças nascidas ao ano no estado é de aproximadamente R\$ 150.000,00, deduz que o Governo do Paraná deverá alocar em seu orçamento aproximadamente R\$ 1 milhão e 500 mil para implantar o programa.

Ademais, para que este investimento não seja realizado em vão, será necessário que a lei indique quem será o responsável pelo monitoramento do plantio, crescimento e sobrevivência da muda, a fim de garantir o sucesso do programa.

Portanto, o presente projeto deverá receber parecer da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná antes da sua apresentação em Plenário.

Diante do exposto, no que tange à competência dessa Comissão, concluiu-se não haver qualquer óbice para processamento do Projeto de Lei nº 329/07.

Ad cautelum, opinamos que o Projeto de Lei 329/07, seja encaminhado para análise da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, uma vez que haverá significativa despesa para implantação do programa Uma Criança, Uma Árvore no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 05.11.07.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente
ELTON WELTER - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 696/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, que dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento aéreo no interior do estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CF. COM EMENDA DA COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 120/07, de 26/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 696/07

P A R E C E R :

1. Preâmbulo

A presente proposição tem como escopo incentivar, através de medida de índole fiscal, o setor aéreo, através da redução da base de cálculo da operação a ser realizada com combustível para aviação.

Assentada tal premissa, passa-se a análise detalhada do projeto de lei.

2. Da Legitimidade e da Competência

Depreende-se, da simples leitura de texto apresentado pelo eminente Parlamentar que está a se dispor sobre tema de direito tributário, até porque a base de cálculo representa aspecto quantitativo, nos moldes da regra matriz de incidência tributária, desenvolvida pelo professor Paulo de Barros Carvalho.

Com esboço nisto, consulta-se o texto da Constituição do Paraná, em seu artigo 53 para aclarar sobre o tema da legitimidade para iniciar o processo legislativo no presente caso:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

Assim, percebe-se, de imediato, que a iniciativa está em conformidade com o que se exige.

Nada obstante, imperioso se dizer que está se dispondo sobre ICMS, imposto de competência estadual, coadunando-se assim com o modelo de repartição de competência, tanto em sede tributária, quanto em sede constitucional. Alexandre de Moraes é de seguinte entendimento:

“A autonomia das entidades federativas pressupõe repartição de competência legislativas, administrativas e tributárias, sendo, pois, um dos pontos caracterizadores e asseguradores do convívio do estado federal.”

Vê-se, porquanto, que além de se respeitar o princípio da autonomia, não se pode esquecer de regra traçada na doutrina, chamada de regra da predominância do interesse, pela qual a competência é distribuída para aquele que detém domínio no interesse do local. Traçando para o exemplo em concreto, é óbvio que o projeto tende a atender um interesse de âmbito estadual, por se tratar de legislar sobre ICMS, que consoante já dito, por força do artigo 155 da Constituição Federal, é tributo de competência estadual.

Vencida esta explanação inicial, passa-se a análise do projeto de ângulo material, qual seja, do texto propriamente dito.

3. Do Objetivo Material

3.1 Da Base de Cálculo

A propositura, em seu artigo 2º, traz disposição que reduz a base de cálculo do imposto incidente na operação interna com querosene combustível de aviação, de modo que esta venha a corresponder a 5% da base impositiva em operação normal, ou de valor cheio.

Calha neste ponto asseverar que o projeto é de se aplicar apenas e tão somente para operações internas, que façam circular combustível para avaliação. Assim, em que pese parecer claro, não há que se aplicar esta redução de base de cálculo para operações interestaduais ou de importação, que porventura venham a ser oneradas pela incidência do ICMS.

Descendo a pormenores, define-se base de cálculo, de acordo com o escólio do Professor Hugo de Brito Machado do modo que segue:

“É a expressão econômica do fato gerador do tributo. Há de estar contida na norma que descreve a hipótese de incidência tributária. Assim, quando a lei institui um tributo, há de se referir a uma realidade economicamente quantificável.”

Nota-se, que a presente propositura pretende alterar redação da norma geral sobre ICMS no estado do Paraná, qual seja, Lei nº 11580/96. Amolda-se assim, de modo lícito, ao exposto no texto do renomado jurista retro citado. Não se está a modificar o sistema aplicável ao ICMS, que vez em quando desvirtua a lógica de tributação, fazendo ainda o sistema tributário transmutar-se em emaranhado legal, de difícil compreensão, tanto para os técnicos, quanto mais para os contribuintes.

A base de cálculo especificamente vista, do ICMS incidente sobre operações que façam circular mercadorias, é trazida na Lei Complementar nº 087/96, em seu artigo 13:

Art. 13. A base de cálculo do imposto é:

I - na saída de mercadoria prevista nos incisos

I, III e IV do artigo 12, o valor da operação;

Esta é a descrição legal que se enquadra na operação que terá redução da base de cálculo, no projeto de lei ora sob análise. Em sendo assim, o cálculo redutor deverá ser feito, como regra geral, sobre o valor da operação a ser realizada, que deve ainda, também em visão geral, ser representada por compra e venda de mercadorias.

3.2 Das cidades atingidas

O artigo 3º do projeto de lei direciona de modo claro e direto as cidades que serão atingidas pelos efeitos imediatos da presente propositura. Acerca disso, é de se dizer que existe a possibilidade de se direcionar benefícios para certa região, desde que essa represente, a partir de um análise imparcial, importância vital para o estado ou ente tributante. Pela conferência ao texto legal, é de se perceber que as cidades representam verdadeiros centros, tanto pelo aspecto populacional como também pelo viés industrial e ainda comercial. Assim, afigura-se acertada o direcionamento do benefício às cidades listadas.

4. Da Legislação Estadual Correlata ao Tema

Nada obstante o já estribado até aqui, considerações acerca de norma paranaense concernente ao tema faz-se de angular relevância. E esta lei, conhecida como Lei Aníbal Khury, de número 9895/92, alterada parcialmente pela Lei nº 12980/00 (ambas como anexo) é de ser citada neste passo da explanação. Isto porque as citadas leis traçam diretrizes para a área de benefícios ou incentivos fiscais aplicáveis ao estado. Pela singela leitura das disposições encartadas, apercebe-se que o projeto de lei encontra supedâneo para prosperar, devendo ser salientado ainda que o escopo é a geração de incremento amplo do estado do Paraná. Visto por tal ótica, contudo sem adentrar ao mérito, é de se vislumbrar a relevância da propositura, amparado em texto positivo, que afora quaisquer dúvidas, é pedra angular neste parecer ora exarado.

5. Da Técnica Legislativa

Sob a ótica da Lei Complementar nº 095/98, que arrola as disposições acerca da técnica para a elaboração de textos legais, cabe aclarar que inexistiu óbice ao regular prosseguimento deste projeto em seu trâmite regimental. Isto dá-se pela proposta legislativa ter sido elaborada com a técnica recomendada, não ensejando reparo em ponto algum, seja pela lógica e articulação textual, seja pela técnica empregada.

5. A Guisa da Conclusão

Em sendo assim, em sede de parecer, pela consonância com os ditames legais e constitucionais, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 696/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 696/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento aéreo no interior do estado.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, entende que a proposição irá reduzir a Base de Cálculo do imposto incidente no combustível de avião, visando estimular a reabertura e a criação de vôos no estado do Paraná, pois tal redução fará com que grandes empresas aéreas abasteçam suas aeronaves em aeroportos de menor movimentação em razão do preço pago pelo combustível ser mais acessível.

Sendo assim esta comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 696/07, na forma da emenda modificativa em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.07.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
MARCELO RANGEL - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 696/07

O artigo 3º, do Projeto de Lei nº 696/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A presente lei se aplica às operações com o mencionado produto nos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa.

Sala das Comissões, em 05.11.07.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
MARCELO RANGEL - Relator

Apoioamento:

Dobrandino da Silva e Artagão Júnior.

EMENDA APRESENTADA AO PROJETO DE LEI Nº 696/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 696/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento aéreo no interior do estado do Paraná.

Cumpra dizer que a propositura original já havia recebido parecer favorável, situação em que se comprovou a legalidade e constitucionalidade da propositura. Pois bem, continuando em seu trâmite regimental, a proposta seguiu para a Comissão de Finanças, de onde foi remetida para a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, oportunidade em que foi apresentada a emenda modificativa que ora se analisa.

Essa emenda procura único e exclusivamente incluir no texto do projeto original a cidade de Ponta Grossa. Neste sentido é que se deve analisar a legalidade e constitucionalidade.

Nada há que possa, em verdade, obstruir a adoção desta emenda, em sede de análise legal e constitucional, porque essa adição do município de Ponta Grossa em nada desvirtua a proposta original. Outrossim, todas as constatações feitas no parecer inicial devem ser aplicadas na análise dessa emenda.

Conforme se aduz da conclusão inicial, a emenda é de toda constitucional e legal, merecendo parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Apoioamento:

Francisco Bühner, Nereu Moura, Professor Luizão, Artagão Júnior, Carlos Simões, Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 696/07

P A R E C E R :

Relatório

Tendo sido efetuado relatório no parecer preliminar anterior, que concluiu pela remessa da presente proposição ao seu autor, a fim de oportunizar a apresentação do devido estudo de impacto financeiro-orçamentário, sem o qual se torna impossível dar-se parecer favorável, sob o aspecto formal e prejudicada a apreciação de seu mérito, e considerando que o mesmo retornou sem qualquer manifestação por parte de seu autor, remete-se ao mesmo para fins de relatório da proposta e sua tramitação até o momento.

Voto do Relator

Como a presente proposição continua acompanhada de vazio no que tange de estudos de impactos financeiro-orçamentários, por coerência dever-se-ia concluir pela sua rejeição.

Tentaremos contribuir e remeter aos Pares desta Casa, e se assim entender a sua maioria, posteriormente

ao Executivo, para eventualmente sanar, não só as falhas formais que o projeto padece, dentro os quais, a demonstração da renúncia fiscal ora proposta e a sua consideração na elaboração dos orçamentos, mas principalmente aos seus efetivos objetivos de mérito.

Pois o que mais aflige este Relator é a forma como se procederá para que o compreensível incentivo às empresas de transporte aéreo de pessoas, e eventualmente de cargas, a fim de evitar a redução ou até mesmo a supressão deste importante segmento no transporte nas diversas regiões de nosso estado, como já vem ocorrendo, não seja também estendido aos mais abastados, proprietários de aeronaves particulares, o que jamais deve ser o objetivo desta proposta, sob pena de inverter os fins do estado.

Como se dará a separação?

Opinamos, portanto, para a tramitação regular e remessa ao exame do plenário desta Casa a redação original desta proposição, para alcançar-se o correto destino da mesma, vez que estamos de acordo com os fins de incentivar o transporte aéreo regional, e assim incrementar o desenvolvimento regional em nosso estado.

Sala das Comissões, em 28.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 763/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento dos Fumicultores e Produtores Rurais de Rebouças - ASSDFUR, com sede e foro no município de Rebouças. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 136/07, de 24/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 763/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento dos Fumicultores e Produtores Rurais de Rebouças, com sede e foro no município de Rebouças. Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa dos fumicultores e produtores rurais de Rebouças.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a inclusão do foro da Associação que se pretende declarar de utilidade pública.

Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 763/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento dos Fumicultores e Produtores Rurais de Rebouças - ASSDFUR, com sede e foro no município de Rebouças.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 807/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Centro Espírita Paz, com sede e foro no município de Curitiba, Bairro São Braz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/07, de 13/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 807/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, declara de utilidade pública estadual o Centro Espírita Paz, organização religiosa de caráter civil, que dentre as demais finalidades, tem por objetivo exercer atividades de natureza assistencial e de promoção humana à luz da doutrina espírita.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 820/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública o Grupo Especial de Menores em Ação - GEMA, com sede e foro no município de Colorado. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 150/07, de 20/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 820/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública o Grupo Especial de Menores em Ação de Colorado - GEMA, com sede e foro no município de Colorado. Trata-se de uma Associação Filantrópica sem fins lucrativos, que tem por finalidade primordial, a promoção do menor, de 12 a 18 anos incompletos.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a completa denominação da associação que se pretende declarar de utilidade pública. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 820/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Grupo Especial de Menores em Ação de Colorado - GEMA, com sede e foro em Colorado/PR.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

A Mesa consulta os Srs. deputados se há um entendimento para que façamos uma 2ª Sessão Extraordinária.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Nós, Deputados da Oposição, concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 811/07 - autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 054/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 329, 696, 706, 732, 763, 798, 807 e 820/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 272, 671, 818, 821, 823 e 838/07.

Levanta-se a Sessão.



S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 164

14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	32
Presenças	32
Abertura da Sessão	32
Expediente:	
Requerimentos	33

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	33
Discussão/Votação	
3ª Discussão	33
2ª Discussão	33
1ª Discussão	34
Requerimentos	40
Encerramento da Sessão	40

DIÁRIO Nº 164

14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Cleiton Kielse e pela Sra. Deputada Beti Pavin.

Presenças:

Às vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Mamede, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli

Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori e Ney Leprevost (06).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Gostaria de convidar a todos os Srs. Deputados para amanhã, às 10h da manhã, estarem presentes na inauguração da árvore de Natal, organizada pela D. Fernanda Crisóstomo. Gostaria de convidar porque, realmente, D. Fernanda tem feito um trabalho tão importante, e seria interessante que nós todos a prestigiássemos.

Essa inauguração ia ser hoje, após a Sessão. Claro que não poderia ser agora.

Por essa razão, renovo o convite e o apelo a todas as Sras. e Srs. Deputados para amanhã, às 10 h da manhã, antes da Sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 3740

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 13 de dezembro de 2007, em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação do Projeto de Lei 272/07.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Apoioamento:

Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Nereu Moura, Luiz Eduardo Cheida, Alexandre Curi, Carlos Simões, Edson Strapasson, Duílio Genari, Elio Rusch, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Elton Welter, Péricles de Mello, Pastor Edson Praczyk, Luiz Claudio Romanelli, Rosane Ferreira, Professor Luizão e Edgar Bueno.

REQUERIMENTO N° 3739

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) CLEITON KIELSE

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, requerimento n° 3740, de autoria do Deputado Artagão Júnior, com apoioamento dos Deputados Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Nereu Moura e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 13 de dezembro de 2007, em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação do Projeto de Lei n° 272/07. **Recebido; Protocole-se; Decorrido o prazo de 24hs, conforme artigo 107, incluir na pauta para deliberação; À Diretoria de Assistência ao Plenário, para providências.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 811/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 054/07, que altera os dispositivos da vigência da Lei Orgânica do IPVA, e aprova tabela de valores venais para cálculo do referido imposto referente de 2008. (DETRAN). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, quero registrar o meu voto contrário.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Nós só queremos registrar os votos contrários dos Deputados que já votaram contra. Para não citar todos, só os Deputados que já foram nominados, que se conste nos Anais desta Casa: Elio Rusch, Marcelo Rangel, Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Plauto Miró, Durval Amaral, Jocelito Canto, Chico Noroeste, Luiz Carlos Martins, Pastor Edson Praczyk, Rosane Ferreira, Valdir Rossoni, Augustinho Zucchi e Reni Pereira.

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 329/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que institui, no âmbito do estado do Paraná, o programa: Uma criança, uma árvore. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 696/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, que dispõe sobre o Incentivo ao Desenvolvimento Aéreo no interior do estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CF. COM EMENDA DA COPTC. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 706/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Nipo Brasileira Tomonokai ACENB, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 732/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública o Clube de Idosos Sempre Alegre, com sede no município de Missal e foro na comarca de Medianeira. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 763/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento dos Fumicultores Rurais de Rebouças - ASSDFUR, com sede e foro no município de Rebouças. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 798/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação OCA - Organização Culturarte, com sede e foro no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 807/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Centro Espírita Paz, com sede e foro no município de Curitiba, bairro São Braz. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 820/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública o Grupo Especial de Menores em Ação - GEMA, com sede e foro no município de Colorado. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

1ª Discussão**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe que o Secretário de Estado da Fazenda parcelará os pagamentos dos créditos líquidos e certos a que o estado tenha direito, nos termos da presente lei. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 030/07, de 17/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 272/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto teve parecer inaugural sugerindo a baixa em diligência para que a Secretaria da Fazenda e a Procuradoria Geral do Estado se manifestassem sobre o

aspecto financeiro e jurídico, respectivamente. No dia 10 de agosto de 2007 foram enviados aos órgãos acima citados cópia do projeto. Ocorre que, decorridos praticamente 4 meses não houve resposta alguma. Sendo assim, frente a inércia dos órgãos concitados a emanar opinião técnica, o projeto foi novamente posto em pauta para votação nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Do Objeto Material

Cumpre, antes de mais nada, dizer que o aspecto da competência já foi abordado no parecer inicial, sendo que esta foi considerada lúdima para o tema proposto.

Passa-se agora para a análise do objeto material. Este resume-se ao parcelamento de créditos, a serem concedidos pelo Poder Executivo, excluídos os referentes à tributos, posto já existir legislação específica sobre estes. Nesta traça, é de se dizer que as informações técnicas seriam úteis para que se avaliasse o impacto financeiro da proposta. Como não houve manifestação qualquer, é de dizer que o projeto neste particular, merece aprovação.

Acerca do momento para concessão deste parcelamento, não existe óbice a estabelecer um prazo exato, destes créditos. Assim, pode o Parlamentar definir este momento. Indo além, este permissivo, ou opção dada para que haja parcelamento em até 24 vezes trará um estímulo ao pagamento, porque em muitas vezes o devedor não reúne condições de pronto pagamento e mais, vê-se diante de execuções fiscais, que podem comprometer o prosseguimento de empreendimentos que pretendem atuar consoante a lei.

No que atine ao aspecto da técnica legislativa, uma vez mais inexiste óbice à aprovação do presente projeto, visto que a regulamentação da Lei Complementar nº 095/98 foram integralmente cumpridas.

Conclusão

Pelo exposto, o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 272/07

P A R E C E R :

O projeto epigrafoado dispõe sobre o parcelamento de créditos, excluídos os de natureza tributária, junto ao estado do Paraná.

Esta comissão, por determinação regimental, deve analisar as proposituras pelo aspecto financeiro, cumpre dizer, se o projeto trará impacto aos cofres estaduais, de modo a prejudicar o bom funcionamento outrora planejado.

Pois bem, com espreque nessa atribuição regimental, é de se dizer que o presente projeto não trará impactos financeiros aos cofres estaduais, posto que se trata de parcelamento, não de renúncia. Em outras palavras, não se está recusando receita, mas apenas dilatando o prazo e a forma de quitação. Com vista nisso, fica claro que o estado do Paraná receberá a quantia de modo integral.

Esta premissa tem ainda o condão de expurgar eventuais dúvidas sobre o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, repisando-se que não há renúncia de receita, mas apenas e tão somente parcelamento. Ainda nesta trilha de entendimento, o que poderá ocorrer é o incremento de arrecadação, evitando ainda custosas execuções judiciais. Ora, em se ofertando possibilidade mais ampla de pagamento, espera-se que o índice de quitação será maior, por não comprometer, de modo direto, a economia do devedor. Parece ser um significativo passo rumo a uma cobrança amigável e com custo reduzido, finalidades que merecem o apoio do Poder Legislativo, por oportunizar uma situação benéfica tanto aos devedores como ao credor, consubstanciado no estado do Paraná, no caso concreto.

Pelo exposto e mais, pelo respeito aos mandamentos constitucionais e legais afeitos à seara financeira é que o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para encaminhar a discussão, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Este projeto é aquele que hoje à tarde havíamos colocado, que ele tinha vindo sem pareceres e por conta disso pedimos que ele fosse retirado por uma Sessão, entendendo que haveria prazo para que o autor pudesse fazer o projeto de forma correta. Se estiver agora na Sessão Extraordinária cria-se o mesmo problema que tivemos à tarde. Talvez ele tenha entrado pelo horário. Porque ele entrou em um horário que não poderia entrar. Havia falado com o Deputado Valdir Rossoni e com os outros Deputados que o projeto entra justamente nesta pauta, agora, mas sem que nós tivéssemos tido a possibilidade de fazer a correção.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem razão, Deputado Tadeu.

Vamos procurar resolver na Sessão de amanhã, pela manhã. O Deputado Artagão estará presente, naturalmente, e vamos apresentar a emenda para que ela conste do projeto.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Hoje lê e faz a 1ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Na Sessão de amanhã vamos votar.

O SR. TADEU VENERI (PT)

O senhor não vota hoje?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Votamos em 1ª discussão e na Sessão de amanhã; em 2ª, aprovamos a emenda.

O SR. TADEU VENERI (PT)

O problema hoje, quando levantamos, é a questão da constitucionalidade do projeto ter vindo com um parecer sobre a emenda, só que a emenda não anexada ao projeto, porque a emenda não havia sido assinada. Aí que houve a confusão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não mudou nada. V. Exa. tem razão. Existe um requerimento do Deputado Artagão, firmado por diversos Deputados, requerendo a Comissão Geral de Plenário, pela manhã. Por osmose estou entendendo, que na Sessão de amanhã teremos que votar em 2ª discussão e apreciar a emenda. Não há outra possibilidade.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Amanhã vai ter Sessão?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Acho que o Deputado leu a emenda. Não sei se chegou ao conhecimento do Deputado Tadeu Veneri.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Chegou. O Deputado leu a emenda, tomou conhecimento da mesma - é que não consta do projeto. Vamos votar, para que amanhã façamos o arremedo.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

A emenda só pode constar na segunda votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito.

Está em votação em 1ª discussão, hoje. Amanhã temos que consertar esse projeto através dessa emenda.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, desculpe-me por ser insistente nisso, mas o projeto que estamos votando, ainda que ele esteja anexado, aqui, acho que a maioria dos Deputados talvez não tenham tido conhecimento. Então, amanhã teria que se ter esse conhecimento todo, continuamos votando um projeto, mas que se refere a uma outra situação. Porque o projeto original não consta - infelizmente, não estou aqui com as cópias que haviam sido passadas

pelo Deputado Artagão. O projeto, nós estaríamos votando, agora, é um projeto, mas que se refere a outro. Tenho essa preocupação, porque quando da sua publicação, temos que saber o que vai ser publicado, porque senão vamos estar votando um projeto e depois necessariamente teremos que publicar outro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não tenho como retirar o projeto, porque a Comissão de Plenário é requerida para amanhã. O projeto, na realidade, não deveria ter entrado na pauta da Sessão de hoje.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Na Sessão de amanhã poderemos discutir melhor o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não tenho dúvida disso.

Na Sessão de amanhã corrigimos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Amanhã se discute o projeto e se esclarece.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Essa é a intenção desta presidência. Conto com a benevolência de V. Exas., mas não tiro em hipótese alguma a razão e os motivos do Deputado Tadeu Veneri.

Em discussão, em votação. **Aprovado.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 671/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Comissão Permanente de Acessibilidade, subordinada a SEDU, com a finalidade de elaboração de normas e controle que garanta a execução do programa Cidade para Todos, de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de necessidades especiais, criado pela Lei nº 13136/01. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 110/07, de 12/09/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 671/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Marcelo Rangel propõe a criação da Comissão Permanente de Acessibilidade, subordinada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDU, com a finalidade de elaboração de normas e controle que garanta a execução do programa Cidade para Todos, de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de necessidades especiais, criado pela Lei Estadual nº 13126 de 21 de março de 2001. A citada lei revogou a Lei Estadual 11818/97 que

derivou da Lei Federal nº 7853 de 24 de outubro de 1989 todas em consonância com o artigo 244 da CF.

O legislador constitucional da Carta Política garantindo artigo 244, capítulo IX - Das Disposições Constitucionais Gerais a proteção e a segurança às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, cuja dicção assim se lê:

A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no artigo 277, parágrafo 2º.

Por sua vez o artigo 227, parágrafo 2º da mesma carta política, assim dispõe:

Artigo 227. É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(...)

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Dentro deste contexto resta saber se o PL proposto pelo nobre Deputado Marcelo Rangel atende os pressupostos da constitucionalidade das leis, sua legalidade e atende os dispositivos da Lei Federal 095/98 que estabelece o regramento da boa técnica legislativa.

De se observar que a matéria estampada no presente projeto é eminentemente de competência constitucional federal, já existindo lei federal regulamentar, bem como previsão constitucional do estado e leis infraconstitucionais, sobre as quais assentamos nosso análise.

Fundamentação

Segundo dicção do artigo 24 da Constituição Federal:

Compete a união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Em assentada Jurisprudência da Suprema Corte deste país - Supremo Tribunal Federal - STF, já se decidiu sobre matéria correlata assim prelecionada:

Transporte coletivo intermunicipal. Exigência de adaptação dos veículos. Matéria sujeita ao domínio da legislação concorrente. Possibilidade de o estado-membro exercer competência legislativa plena. Medida cautelar deferida por despacho. Referendo recusado pelo Plenário. (STF - ADI 903-MC - Rel. Min. Celso de Mello

- DJU 24.10.97). *Referência Legislativa CF: Art. 24, XIV. DTZ1110042. (grifamos).*

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, confere a Assembléia Legislativa, entre outras entidades, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, *literis*:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ora a função precípua da Assembléia Legislativa é legislar e o artigo 53 confere esse poder a ela sobre matérias da mesma natureza do Poder Executivo quando o legislador define que a Assembléia pode dispor sobre a criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado, no caso focado, *literis*:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria da legislação concorrentemente da Constituição Federal.

Portanto a própria Constituição Estadual em seu artigo 66 que fixa as matérias de competência privativa do estado não veda a iniciativa da Assembléia Legislativa em legislar sobre as leis ordinárias e complementares concorrentemente com o estado-membro e o Executivo Federal prevista no artigo 53, inciso XVII, remissivo ao artigo 24 da CF.

Da Legitimidade e Legalidade

Em parecer de análise prévia ao Projeto de Lei nº 019/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que trata da regulamentação do disposto no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto da Micro-Empresa e de Pequeno Porte, a CCJ ao fundamentar o referido parecer quanto a sua legitimidade e legalidade no que pertine a Competência Legislativa de caráter privativo e suplementar, invocou os artigos 22º, inciso XXVII, 24º, parágrafo 2º e artigo 25º parágrafo 1º todos da CF, para aprovar o aludido projeto quanto à sua constitucionalidade. Caminhou bem a CCJ.

Pois bem, fazendo justiça ao brilhante parecer da douta CCJ nos valem da inteligência da sua tese à qual nos filiamos para com ela fazer coro.

Considerando que a CCJ naquele parecer prévio intencionava embasar a tese da Competência privativa e Suplementar para então declarar a constitucionalidade do importante projeto do Deputado Reni Pereira, valeu-se sabiamente do preceito insculpido no artigo 22, 24, parágrafo segundo, e 25, parágrafo primeiro da Constituição Federal.

Assim segundo o próprio parecer da CCJ, ora invocado, a Constituição da República assegura a competên-

cia privativa da união nas hipóteses em que especifica, porém não exclui a Competência Complementar dos estados, parágrafo 2º do artigo 24 da Carta Mãe. Para sedimentar a tese a dila CCJ através do seu corpo técnico arrematou a questão citando o parágrafo primeiro do artigo 25 da mesma constituição que dispõe:

São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta constituição.

Para melhor clarear a questão valeu-se a CCJ do conceito de competência legislativa privativa e suplementar extraída do eminente professor e jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho¹, que assim definiu:

Competência Privativa: “é a competência plena, direta e exclusiva de legislar.”

Competência Suplementar: “é uma subspécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é ‘complementar’”.

Como a Constituição Mãe define a competência privativa da união para legislar certas matérias, bem assim, a Constituição de nosso estado seguindo o mesmo critério constitucional da carta mãe, estabeleceu competências privativas e as suplementares (concorrentes), *in casu*, em seu artigo 53, XVII, c/c o 66 que não veda a iniciativa ora pretendida.

Tratando o artigo 53, XVII da Competência Concorrente aferida à Assembléia e o 66 da Competência Privativa do Poder Executivo, ambos, da CE, questões de mesma natureza, ou seja, atribui a constituição competência a ambos os poderes, conclusivamente chega-se ao entendimento que o artigo 66 detém a competência privativa ou plena, enquanto o artigo 53, a competência suplementar ou concorrente, nos casos que especifica.

Infere-se, portanto que a regra quanto à competência privativa, concorrentemente ou suplementar é constitucional sendo de iniciativa concorrente da Assembléia Legislativa as matérias que não lhe são vedadas no artigo 66 da Constituição Estadual - CE. Portanto perfeitamente factível a iniciativa do projeto de lei de membro da Assembléia Legislativa de matéria prevista no artigo 24, XIV, da CF c/c o artigo 222 da CE que assim dispõe:

A lei disporá sobre a construção de logradouros e de edifícios de uso público, adaptação de veículos de transporte coletivo e sonorização dos sinais luminosos de trânsito, adequando-se-os à utilização por pessoas portadores de deficiência.

Fortalecidos neste entendimento cumpre interpretar a Constituição Estadual - CE, que não pode fugir a regra da hermenêutica Constitucional Federativa, pois se assim fosse, constitucional não seria.

No mérito

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação constitucional. O projeto do nobre Deputado Marcelo Rangel

1. Curso de Direito Constitucional, 30ª ed., Saraiva, 2003, p.6.

propõe a criação de Comissão Permanente de Acessibilidade, subordinada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDU o que significa dizer que não haverá nenhum impacto orçamentário ressaltado as despesas ordinárias, ônus esse já previsto na LOA¹ e LDO².

Considerando-se, portanto que a Constituição Estadual, neste caso, por exclusão não criou vedação ao Legislativo Estadual, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal atribuiu competência concorrente ao estado-membro, a Assembleia Legislativa por seus membros pode valer-se dessa prerrogativa para dispor e legislar matéria comum.

Ao exposto podemos asseverar que a Constituição Estadual não obstaculiza a que a Assembleia, valendo-se dessa faculdade constitucional e regimental, possa legislar sobre a mesma matéria concorrentemente.

Estando o projeto aprovado quanto a sua iniciativa no que tange a sua constitucionalidade e legalidade, resta apenas enquadrá-lo nos parâmetros emanados da Lei Federal 095/98 que trata da boa técnica legislativa.

Neste aspecto fazendo ressalva para que se modifique no artigo 4º o vocábulo “Poderão...” para “Deverão...”. A razão da emenda modificativa prende-se ao fato de que a lei em comento criará uma comissão com poderes para coordenar as ações relacionadas a segurança e acessibilidade do deficiente físico que no pertine ao trânsito e uso dos mais variados tipos de prédio, avenidas, acessos, logradouros e praças, incluído aí os veículos e transportes públicos.

Neste intento o verbo utilizado “poderão” no artigo 4º cria apenas uma faculdade aos entes públicos em submeter à Comissão Permanente de Acessibilidade ora pretendida os atos que impactarão na vida do deficiente físico, enquanto o verbo “deverão” cria a imperiosidade de submeter a matéria prevista nos incisos do referido artigo, ao prévio exame da Comissão Permanente. É o nosso entendimento que o artigo da forma como está redigido tornará o comando normativo da lei enfraquecido na medida em que os entes públicos no âmbito de suas ações dificilmente cumprirão o que nela se pretende tornando-a inócua no tempo e no espaço e pelo que se infere do seu objetivo é o de exatamente criar o mecanismo de controle voltado à matéria que especifica. Se for assim não há razão para o seu nascimento no universo mandamental.

Deste modo apresentamos emenda modificativa do artigo 4º que passa a ter a seguinte redação:

(...)

Art. 4º Deverão ser objeto de prévio exame da Comissão Permanente de Acessibilidade, exclusivamente para verificação do atendimento de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais:

(...).

1.Lei do Orçamento Anual;

2.Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conclusão

Diante da constitucionalidade aferida do presente projeto, somos de parecer pela sua aprovação com a emenda modificativa do artigo 4º.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Duílio Genari, Professor Luizão, Luiz Fernandes Litro, Carlos Simões, Mauro Moraes, e 2 ilegíveis.

COMISSÃO DE OBRA PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
AO PROJETO DE LEI Nº 671/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Comissão Permanente de Acessibilidade, subordinada a SEDU, com a finalidade de elaboração de normas e controle que garanta a execução do programa Cidade para Todos, de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de necessidades especiais, criado pela Lei 13136/01.

Fundamentação

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Conclusão

Tendo em vista que o presente projeto de lei visa uma garantia aos direitos dos deficientes físicos, para que eles possam ter livre acesso a edificações, vias públicas, transportes, ou seja, a todo e qualquer espaço público, conferindo-lhes respeitabilidade e prestígio.

Sala das Comissões, em 08.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 818/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município de Tibagi ao distrito de Porteira Grande. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 149/07 de 19/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 818/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município de Tibagi ao distrito de Porteira Grande.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 174, a competência para legislar sobre o assunto. Vejamos:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

E ainda em seu artigo 25 e parágrafo 1º diz:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e Leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas por esta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO**
PROJETO DE LEI Nº 818/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 818/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município de Tibagi ao distrito de Porteira Grande.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, que pretende, beneficiar os habitantes da região melhorando o trânsito rodoviário, mas sobretudo proporcionando melhores condições para o escoamento da produção de diversos produtos.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 821/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação Brasileira de Porfíria - ABRAPO, com sede e foro nesta capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 150/07, de 20/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 821/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Porfíria - ABRAPO, entidade sem fins lucrativos, que dentre as demais finalidades, tem como objetivo prestar esclarecimentos e orientações sobre porfírias a portadores, familiares e portadores, médicos, demais profissionais da saúde e sociedade em geral.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 823/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto São José Del Rey, com sede no município de Curitiba **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ Aprovado. (Publ. no DA nº 151/07, de 21/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 823/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto São João Del Rey, com sede e foro no município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a inclusão do foro da Associação que se pretende declarar de utilidade pública. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da

emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 10.12.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI Nº 823/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto São João Del Rey, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

Sala das Comissões, em 10.12.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Francisco Bühner, Artagão Júnior, Pastor Edson Praczyk e Marcelo Rangel.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 838/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Governador José Richa, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 153/07, de 27/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 838/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, declara de utilidade pública, o Centro de Educação Infantil Governador José Richa, com sede e foro no município de Londrina. Trata-se de uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que dentre outros objetivos, visa atender crianças pobres e suas famílias, no campo educacional, pedagógico, assistencial e filantrópico.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimento

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3739, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

